



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

Ruan de Souza Mariano

**NOMINAIS NUS, TÓPICO E FOCO: TESTANDO A
ACEITABILIDADE EM SENTENÇAS EPISÓDICAS**

Florianópolis
2013

Nominais nus, tópico e foco: testando a aceitabilidade em sentenças episódicas

Ruan de Souza Mariano

**NOMINAIS NUS, TÓPICO E FOCO: TESTANDO A
ACEITABILIDADE EM SENTENÇAS EPISÓDICAS**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Linguística da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito para a obtenção do Grau
de Mestre em Linguística
Orientadora: Prof.^a. Dr.^a Roberta Pires
de Oliveira

Florianópolis
2013

Nominais nus, tópico e foco: testando a aceitabilidade em sentenças episódicas

Ruan de Souza Mariano

NOMINAIS NUS, TÓPICO E FOCO: TESTANDO A ACEITABILIDADE EM SENTENÇAS EPISÓDICAS

Esta Dissertação foi julgada aprovada para obtenção do Título de “Mestre em Linguística”.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2013.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Roberta Pires de Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientadora

Prof. Dr. Josias Ricardo Hack
Universidade Federal de Santa Catarina
Presidente

Prof. Dr. Sergio de Moura Menuzzi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Izabel Christine Seara
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Mailce Borges Mota Fortkamp
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Edair Maria Gorski
Universidade Federal de Santa Catarina
(suplente)

Nominais nus, tópico e foco: testando a aceitabilidade em sentenças episódicas

À Maria neném, minha bisavó, cuja formação acadêmica não atingiu o ensino médio, mas a quem não hesito em lhe atribuir o título de mestre.

Nominais nus, tópico e foco: testando a aceitabilidade em sentenças episódicas

Agradecimentos:

Às Marias da minha vida: minha bisavó, minha avó e minha mãe por me darem o suporte necessário para a conclusão da graduação e do mestrado...

Aos seus respectivos ‘José’s’: meu pai Zenildo e meu avô Milton, por igualmente me apoiarem nesta empreitada...

Aos meus tios e tias, irmãos e irmã, pela força que me animam...

Aos amigos, por me aturarem nos meus piores e melhores momentos e pelos risos soltos e confortáveis nos momentos mais (in)oportunos de angústia e normalidade...

Aos colegas do NEG pelas tardes prazerosas conversando sobre a língua(gem) e sobre as peripécias da vida acadêmica...

À Roberta Pires de Oliveira, minha orientadora, pelo apoio incondicional à pesquisa e pelas conversas prazerosas de corredor...

...Os meus sinceros agradecimentos!

Nominais nus, tópico e foco: testando a aceitabilidade em sentenças episódicas

Porque “[...] dentro de todos e de cada um, está um tesouro que é preciso estudar.”

(Noam Chomsky)

Nominais nus, tópico e foco: testando a aceitabilidade em sentenças episódicas

RESUMO

O presente trabalho se insere numa perspectiva de interface entre semântica, prosódia e psicolinguística e busca investigar a restrição (se este for mesmo o caso) a nominais nus, isto é, nomes desprovidos de determinantes, em posição de sujeito de sentenças episódicas do português brasileiro (PB). Realizamos, para tanto, três experimentos psicolinguísticos com o intuito de testar nossas hipóteses, quais sejam: a) se nominais nus sujeitos de sentenças episódicas são gramaticais no PB, embora possam ser contextualmente marcados; b) se a prosódia para tópico contribui para a felicidade de sentenças com nominais nus sujeitos de sentenças episódicas. Os resultados apontaram para a confirmação de que os nominais nus são gramaticais na posição de sujeito de sentenças episódicas do PB, mas não deram subsídios para sustentarmos que a prosódia contribui para restituir a felicidade de sentenças contextualmente infelizes. Sentenças episódicas com nominais nus sujeitos parecem ser gramaticais e não necessitam de suporte prosódico, contrariando as expectativas de todos os teóricos da área.

Palavras-chave: nominais nus sujeitos, sentenças episódicas, prosódia, semântica e psicolinguística.

Nominais nus, tópico e foco: testando a aceitabilidade em sentenças episódicas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Amostra da tela do experimento 1.....	48
Figura 2: Forma de onda, curva de F0 manipulada e descrição tonal da sentença-controlre declarativa gramatical: <i>Pedro beijou Manuela</i>	52
Figura 3: Forma de onda, curva de F0 e descrição tonal da sentença-alvo declarativa: <i>Batata rolou do saco</i>	53
Figura 4: Forma de onda, curva de F0 e descrição tonal da sentença-alvo declarativa: <i>Gato subiu no telhado</i>	54
Figura 5: Forma de onda, curva de F0 e descrição tonal da sentença-alvo: <i>BATATA_T rolou do saco</i> , em que o nominal nu ‘batata’ está na posição de tópico sentencial e sobre ele incide o foco prosódico da sentença.....	55
Figura 6: Forma de onda, curva de F0 com espectrograma e descrição tonal da sentença-alvo: <i>GATO_T subiu no telhado</i> , em que o nominal nu ‘gato’ está na posição de tópico sentencial e sobre ele incide o foco prosódico da sentença.....	56
Figura 7: Forma de onda, curva de F0 e descrição tonal da sentença-alvo: <i>GARRAFA_T rolou da mesa</i> , em que o nominal nu ‘garrafa’ está na posição de tópico sentencial e sobre ele incide o foco prosódico da sentença.....	56
Figura 8: Forma de onda, curva de F0 e descrição tonal da sentença-alvo: <i>GELEIA_T pingou na roupa</i> , em que o nominal nu ‘geleia’ está na posição de tópico sentencial e sobre ele incide o foco prosódico da sentença.....	57
Figura 9: Instruções para realização do experimento.....	58
Figura 10: Amostra da tela de execução do experimento 3. Os quadrados em amarelo eram onde o informante precisava clicar para registrar seu julgamento.....	62
Figura 11: Instrução para realização do Experimento 3.....	64
Figura 12: Exemplo da tabela de dados emitida pelo <i>software Praat</i>	65

Nominais nus, tópico e foco: testando a aceitabilidade em sentenças episódicas

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: resultado dos julgamentos dos informantes do experimento 1; sentenças-alvo com proeminência prosódica [+ animadas].....	66
Tabela 2: resultado dos julgamentos dos informantes do experimento 1; sentenças-alvo com proeminência prosódica [- animadas].....	66
Tabela 3: resultado dos julgamentos dos informantes do experimento 1; sentenças-alvo sem proeminência prosódica [+ animadas].....	67
Tabela 4: resultado dos julgamentos dos informantes do experimento 1; sentenças-alvo sem proeminência prosódica [- animadas].....	67
Tabela 5: resultado dos julgamentos dos informantes do experimento 1; sentenças distratoras com e sem proeminência prosódica.....	66
Tabela 6: resultado dos julgamentos dos informantes do experimento 2; sentenças-alvo com proeminência prosódica [+ animadas].....	72
Tabela 7: resultado dos julgamentos dos informantes do experimento 2; sentenças-alvo com proeminência prosódica [- animadas].....	72
Tabela 8: resultado dos julgamentos dos informantes do experimento 2; sentenças-alvo sem proeminência prosódica [+ animadas].....	72
Tabela 9: resultado dos julgamentos dos informantes do experimento 2; sentenças-alvo sem proeminência prosódica [- animadas].....	73
Tabela 10: resultado dos julgamentos dos informantes do experimento 2; sentenças distratoras com ou sem proeminência prosódica.....	73
Tabela 11: Legenda dos valores atribuídos pelos informantes ao Experimento 3.....	76
Tabela 12: Valores atribuídos pelos informantes no Experimento 3. Foco nos estímulos.....	77
Tabela 13: Valores atribuídos pelos informantes no Experimento 3. Foco nos informantes.....	79

Nominais nus, tópico e foco: testando a aceitabilidade em sentenças episódicas

SUMÁRIO

Resumo	13
Lista de Figuras	15
Lista de Tabelas	17
Sumário	19
Introdução	21
1. Teorias em Discussão	31
1.1 O nominal nu é um indefinido	31
1.2 O nominal nu denota a espécie	34
2. O Papel da Estrutura Informacional	39
2.1 A estrutura informacional	39
2.2 O foco	39
2.3 O tópico	40
2.3.1 Tópico discursivo (D-topic), tópico sentencial (S-topic) e valor focal	42
2.4 O papel da estrutura informacional na felicidade das sentenças episódicas em que nominal nu se encontra na posição de sujeito	43
3. Metodologia dos Experimentos	47
3.1 Metodologia do Experimento 1	48
3.2 Metodologia do Experimento 2	59
3.3 Metodologia do Experimento 3	61
4. Resultados e Análises	65
4.1 Resultado do Experimento 1	66
4.2 Resultado do Experimento 2	71
4.3 Resultado do Experimento 3	75
5. Considerações Finais	95
Referências Bibliográficas	97
Anexos	103

Nominais nus, tópico e foco: testando a aceitabilidade em sentenças episódicas

0. INTRODUÇÃO

Um grupo de amigos está conversando sobre a festa que ocorreu na noite anterior e, ao comentar sobre um episódio específico, um dos rapazes profere, em tom de exclamação:

(1) MULHER discutiu futebol na festa ontem!

Esse proferimento, nessa situação, mostra uma avaliação do falante sobre um episódio que ele vivenciou. Ele veicula sua surpresa pelo fato de que mulher discutiu futebol, expressando que se trata de algo incomum. Mas note que, do ponto de vista linguístico, temos uma estrutura em que o nominal nu ‘mulher’ está numa posição de proeminência prosódica, isto é, marcado prosodicamente com acento de foco ou tópico¹. Seria possível utilizar essa sentença de modo feliz sem essa proeminência, ou seja, com uma prosódia de declaração, respondendo a pergunta: o que aconteceu ontem na festa?

(2) Mulher discutiu futebol.

A literatura prediz que a sentença em (2) é marcada² gramaticalmente se não houver auxílio prosódico, ou seja, a sentença parece não ser estruturalmente bem construída, se a explicação for sintática, ou apresentar algum tipo de inconsistência semântica. Assim, utilizando-se de uma entoação de declarativa padrão, a sentença deveria ser contextualmente infeliz. É esse de fato o caso?

Ambas as sentenças são episódicas, isto é, denotam um acontecimento específico, um episódio em particular. Também apresentam um nominal sem nenhum determinante aparente realizado fonologicamente. A diferença que há entre uma e outra *grosso modo* é o tipo de estrutura informacional que subjaz aos proferimentos. Enquanto,

¹ Para os nossos propósitos, como veremos mais adiante, é indiferente se o nominal nu está marcado por acento de tópico ou foco. Por mais que as estruturas informacionais de tópico e foco se distingam, interessa-nos, por hora, apenas a proeminência prosódica. Neste exemplo, contudo, consideremos que o acento prosódico que marca o nominal nu ‘mulher’ é o foco. As situações criadas pretendem salientar essa interpretação de informação nova.

² Por ‘marcada’, entendemos as sentenças que soam como estranha ou pouco naturais, nos termos de Ilari (1986).

na primeira situação, temos um proferimento veiculado como foco informacional, isto é, como informação nova; no segundo, a possibilidade de ocorrência de uma sentença com informação totalmente nova sem uma ancoragem contextual, ou seja, sem uma contextualização prévia, não é, por hipótese, feliz em PB. Aparentemente, segundo as teorias sobre o nominal nu, não se pode chegar numa conversa e proferir:

(3) # Cachorro latiu no canil.³

porque não há a introdução prévia dos acontecimentos que se sucedem: não sabemos quem é o referente e se ele executou a ação predicada no verbo. Se algum falante quisesse introduzir esta informação numa conversa, possivelmente acrescentaria algum determinante no início da sentença, ou modificaria a morfologia (e por conseguinte a concordância) do nominal ‘cachorro’ para o plural ou ainda realizaria ambas as mudanças mencionadas acima, como nos sugere o exemplo (4), abaixo:

(4) Alguns cachorros latiram no canil.

Nessa sentença, ao utilizar o artigo indefinido ‘alguns’, o falante estabelece uma relação entre conjuntos, o conjunto dos cachorros e o conjunto das coisas que latem. Já em (3), o sintagma nominal nu ‘cachorro’ denota um único conjunto: o dos indivíduos que latiram. Temos a leve impressão de que as sentenças (3) e (4) parecem dizer a mesma coisa, mas não queremos transmitir aqui a falsa ideia de que consideramos a sentença (4) sinônima de (3), uma vez que há inúmeras diferenças semânticas imbricadas aí, a começar pela morfologia de singular utilizada na sentença (3) e a de plural na sentença (4); além disso, ainda há a introdução em (4) de um quantificador, enquanto em (3) temos um nominal nu ‘cachorro’, que em nossa compreensão não pode ser substituído sem alteração da informação semântica por um sintagma quantificado.

Utilizamos esta pequena anedota apenas para ilustrar um pouco da pesquisa que desenvolveremos neste trabalho, que, entre outras coisas, tem a ver com a estrutura informacional e com a interpretação de uma determinada estrutura do português brasileiro (de agora em diante PB), os nominais nus, em geral, e o singular nu em particular. Começemos, então, por definir o objeto de pesquisa!

³ Utilizaremos o símbolo (#), para marcar sentenças contextualmente infelizes e marcaremos as sentenças agramaticais com o símbolo (*). Quando não tivermos certeza sobre qual juízo atribuir à sentença, colocaremos em seu início o símbolo “?”.

Já diria Saussure (1916) que “o ponto de vista faz o objeto”, assim, a delimitação do objeto de pesquisa não é uma tarefa simples de se realizar. Não tanto pelo objeto propriamente dito, mas muito mais pela filiação a uma determinada epistemologia (o ponto de vista) que pressupõe o conhecimento das pesquisas que subjazem àquela base teórica, bem como o conhecimento da técnica empregada na aquisição desse conhecimento. Há, no ponto de vista, uma história da compreensão daquele objeto.

Nosso trabalho, nesse sentido, se arrisca um pouco mais, na medida em que ele se insere numa perspectiva de interfaces: semântica-prosódia-psicolinguística. Nos termos de Seara e Figueiredo-Silva (2007),

O estudo de interfaces nunca é matéria trivial. A questão não é simplesmente a de compatibilizar dois vocabulários advindos de fontes de conhecimento distintas, [que] por si só já é um problema espinhoso; a questão é, sobretudo, a de colocar dois campos do conhecimento em uma relação articulada de tal modo que certas conclusões sobre uma das interfaces possam servir de argumento para sustentar hipóteses a respeito de fenômenos vários na outra interface, o que implica fazer algumas hipóteses e tomar decisões sobre a estrutura da gramática. (SEARA E FIGUEIREDO-SILVA, 2007: 155)

Nesse sentido, a proposta que aqui fazemos de relacionar três campos do conhecimento distintos para buscar compreender um determinado fenômeno do PB requer muita articulação. Em particular porque estaremos testando uma hipótese semântico-pragmática, na medida em que envolve o significado do nominal nu e uma estrutura informacional, utilizando experimentos psicolinguísticos. A hipótese, que aparece pela primeira vez em Schmitt & Munn (1999), é que a curva entoacional pode contribuir para a felicidade do fenômeno analisado. Isto é, parece que do ponto de vista sintático-semântico as ocorrências como as de (1) são bem formadas (Cf. MARIANO, 2011), mas a sentença requer um tipo de contexto em particular; a prosódia é um recurso para explicitar uma certa estrutura dada pelo contexto. Neste trabalho, vamos verificar se esse é de fato o caso. Para tanto, lançamos mão de alguns experimentos psicolinguísticos. Estamos, então, no domínio da Psicolinguística (experimental), porque utilizamos experimentos

psicolinguísticos para a avaliação e comparação de proferimentos com o intuito de verificar se de fato a prosódia contribui para a felicidade do nominal nu na posição de sujeito de sentenças episódicas. Veremos, adiante, que, em outros contextos, ele ocorre sem necessidade de suporte prosódico.

Assim, delimitar o objeto de pesquisa aqui implica entender minimamente como funciona cada área em específico, a fim de não correremos o risco de sermos reducionistas ou tratarmos daquilo que não sabemos.

Na literatura específica da Semântica, há, pelo menos, três grandes propostas teóricas para a descrição do nominal nu: Schmitt & Munn (1999), entre outros, Müller (2002) e Pires de Oliveira & Rothstein (2011; 2012). Nossa intenção é avaliar essas propostas. Vejamos mais especificamente que fenômeno é esse.

Diferentemente das outras línguas românicas, no PB temos um chamado singular nu produtivo. Ele ocorre na posição de sujeito de sentenças genéricas, na posição de objeto de sentenças genéricas ou episódicas, sem apresentar qualquer restrição quanto ao aspecto prosódico. Eis alguns exemplos:

- (5) Criança chora muito.
- (6) João odeia advogado.
- (7) Carlos comprou livro ontem à tarde.

Na literatura há uma controvérsia a respeito da aceitabilidade do singular nu quando combinado com predicado de espécie. Müller (2002, 2004, entre outros) entende que a sentença em (8) é agramatical, enquanto os demais autores aceitam:

- (8) Baleia está em extinção.

Nesta dissertação, não iremos nos preocupar com esse tipo de dado. Nosso objeto de estudos é também controverso na literatura. Vamos analisar sentenças com o singular nu em posição de sujeito de sentenças episódicas. Observe as sentenças:

- (9) *A batata* rolou do saco.
- (10) *Uma batata* rolou do saco.
- (11) *Batatas* rolaram do saco.
- (12) # *Batata* rolou do saco.
- (13) *Só batata* rolou do saco.

(14) Ontem, na feira *batata* rolou do saco, *maçã* caiu do cesto...

(15) *BATATA*_T rolou do saco (e não outra coisa).⁴

Na sentença (9), temos um DP⁵ definido ‘a batata’ conjugado a um predicado episódico ‘rolou do saco’; em (10), temos um DP indefinido ‘uma batata’ conjugado com o mesmo predicado; já em (11), (12), (13), (14) e (15), há uma controvérsia teórica questionando se o que temos em itálico são realmente DP’s com o determinante não pronunciado ou, na verdade, NPs⁶ (Cf. Müller, 2004). Há também uma questão sobre a aceitabilidade ou agramaticalidade de proferimentos como (12). Müller entende que (12) é agramatical, enquanto Schmitt & Munn (1999) entendem que há necessidade de proeminência prosódica (contexto de lista) e Pires de Oliveira & Rothstein (2012) afirmam que a sentença exige um contexto particular por causa do tipo de indivíduo que o sintagma nu denota, a espécie.⁷ Um dos objetivos do nosso trabalho é, por meio dos experimentos psicolinguísticos, verificar se a proposta de Müller (2002) se confirma ou não, isto é, se de fato sentenças do tipo (12) são agramaticais no PB.

Segundo Pires de Oliveira e Peruchi-Mezari (2012)⁸, os nominais destacados em (11), (12), (13), (14) e (15), além dos nominais ‘mulher’ e ‘cachorro’, das sentenças de (1), (2), (3) são nus, porque

não têm um determinante aparente, foneticamente realizado, quer definido, como “a” ou “as” (...), quer indefinido, como “uma” (...) – isto é, o nome não vem acompanhado de artigo, por isso o sintagma é chamado nu.

Em (11), no entanto, temos o que a literatura chama de *plural nu*, porque o nominal ‘batatas’ possui marca morfológica de plural –s⁹; já em

⁴ Os nominais que estiverem em caixa alta contém acento prosódico de tópico ou de foco.

⁵ Um DP (abreviatura do inglês: *Determiner Phrase*) é um sintagma encabeçado por um determinante, como ‘o menino’, ‘a menina’, ‘todo menino’, ‘qualquer menina’, ‘algum menino’, ‘um menino’ etc.

⁶ Um NP (abreviatura do inglês: *Nominal Phrase*) é um sintagma encabeçado por um nome.

⁷ Discutiremos essa questão mais adiante.

⁸ Os exemplos dados pelas autoras são outros, mas os que fornecemos aqui se encaixam perfeitamente na descrição por elas produzida.

(12), (13), (14) e (15), os nominais destacados são costumeira e equivocadamente denominados *singulares nus*. Dizemos “equivocadamente” porque, conforme já notaram vários pesquisadores, como Munn e Schmitt (2005), entre outros, estes nominais seriam, na verdade, nomes contáveis neutros para número, uma vez que poderiam ser retomados tanto pelo pronome singular ‘ela’ como pelo pronome plural ‘elas’, como podemos notar nos exemplos abaixo, retirados de Schmit e Munn (1999: não paginado):

(16) Coelho_i sempre rouba cenouras da Maria, por isso ela detesta eles_i de coração.

(17) Coelho_i sempre rouba cenouras da Maria, por isso agora ?ele_i faz parte da sua lista de inimigos.

Assim, chamá-los de *singular nu* sem perceber que eles poderiam ser retomados anaforicamente tanto por um pronome plural, quanto por um pronome singular, pode configurar um equívoco terminológico.¹⁰

Retomando os exemplos de (9) a (15), precisamos atentar para algumas questões, como as que se seguem: a) as estruturas de (9) a (11) ocorrem livremente em PB, isto é, a combinação de um DP ou a combinação de um plural nu com um predicado episódico não sofre restrição nessa língua? b) estruturas do tipo (12) são marcadas em PB, isto é, quando o nominal nu¹¹ está na posição de sujeito de um predicado episódico, aparentemente, a estrutura apresenta certas restrições de uso? c) em contextos nos quais o nominal é prosodicamente proeminente (seja marcado por curva de foco ou tópico) ou quando ele se encontra sob o escopo de um item focalizador ou ainda, quando se insere num contexto de lista, como notaram Schmitt & Munn (1999), a combinação de um nominal nu sujeito de um predicado episódico se torna feliz no PB, como podemos observar nas sentenças de (13) a (15)?

O objetivo da presente pesquisa, assim, é entender se há efetivamente uma restrição no exemplo (12) e por que há essa restrição, isso é, por que, aparentemente, a combinação de um nominal nu sujeito com um predicado episódico gera uma estrutura marcada no PB. Somado

⁹ *Strictu sensu* a própria marca de plural já seria suficiente para não considerar o nominal como nu (Cf. Pires de Oliveira & Peruchi-Mezari, 2012).

¹⁰ Necessário frisar que, para Pires de Oliveira e Rothstein (2011), as quais embasam muitos aspectos da nossa pesquisa, os nominais nus não são neutros para número, mas nomes que denotam sempre a espécie.

¹¹ De agora em diante, toda vez que utilizarmos o termo *nominal nu*, estamos nos referindo ao que fora conhecido como *singular nu*.

e subjacente a isso, procuramos confirmar se a intuição de Müller (2002; 2004) de que sentenças como (12) são agramaticais em PB se confirma, uma vez que, sendo a estrutura agramatical, os falantes iriam julgar a sentença como não-natural, o que aparentemente não é o caso, como veremos mais adiante.

Além disso, nos propomos a investigar se a prosódia contribui para a felicidade de sentenças do tipo (12). A nossa premissa teórica se baseia nos estudos de Mariano (2011) e Pires de Oliveira e Mariano (2011), para os quais a prosódia contribui para uma maior aceitabilidade da sentença, embora essa ideia já esteja presente tanto em Schmitt & Munn (1999) – quando os autores propõem que o singular nu sujeito de sentenças episódicas é licenciado em contexto de foco – como também, de certa forma, em Müller (2004) – quando a autora propõe que o singular nu só é gramatical quando está numa posição de tópico, isto é, numa posição não-argumental. Mas, para Müller, isso ocorre porque o nominal nu só pode ter leitura genérica. Como as sentenças de (12) a (15) não tem leitura genérica, essas sentenças são agramaticais para a autora. Como veremos adiante, Müller entende que essa posição de tópico para a qual o nominal nu deve necessariamente se mover, só permite o fechamento pelo operador genérico.

Para Mariano (2011) e Pires de Oliveira e Mariano (2011), a combinação de um nominal nu com um predicado episódico não é boa porque, enquanto o nominal nu denota a espécie, o predicado episódico denota um acontecimento específico ocorrido com uma instanciação da espécie ou com um espécime. Essa intuição aparece formalizada em Pires de Oliveira & Rothstein (2012). Assim, para Mariano (2011) e Pires de Oliveira e Mariano (2011), a prosódia contribui para uma maior aceitabilidade da sentença à medida que gera a informação de que há, disponíveis e salientes no contexto, instancicações da espécie aptas a realizarem ou a terem realizado o evento de que o predicado episódico trata. Há uma pressuposição de testemunhas do evento. Se isso for verdade, esperaríamos que sentenças como (15) fossem mais bem aceitas que sentenças como (12) e é justamente isso o que iremos testar empiricamente.

Não podemos descartar, contudo, a hipótese da prosódia implícita de Fodor (1998; 2005). Para a autora, os informantes têm uma prosódia internalizada, uma espécie de “voz interior” que reorganiza o *input* no intuito de obter o acesso à informação contida na sentença. A prosódia implícita, nesse sentido, provavelmente influenciaria num experimento

psicolinguístico, sobretudo em se tratando de testes de leitura. No nosso caso não elaboramos nenhum teste de leitura, mas é imperativo registrar o fato de que os informantes possuem esse conhecimento prosódico internalizado e que ele pode ser evocado com o fim de salvaguardar a compreensão de determinados proferimentos, mesmo que fisicamente não haja marcação prosódica.

Testaremos também se o tipo de indivíduo é relevante no que se refere à restrição que acontece em (12), isto é, se o fato de o nominal nu ser [\pm animado] interfere na restrição ou na felicidade da sentença. No começo da pesquisa não havíamos atentado para o tipo de indivíduo que se combina com os predicados episódicos, mas essa investigação por tipo de indivíduo foi necessária porque o primeiro experimento ensejou essa dúvida, qual seja, a de que os informantes estariam julgando melhor as sentenças cujo nominal nu apresentasse o traço [+ animado], em detrimento das sentenças cujo nominal nu apresentasse o traço [- animado]. Assim, reaplicamos o experimento 1 com o intuito de entender se o tipo de indivíduo pode favorecer ou não a felicidade da sentença.

A justificativa para o presente estudo é que, embora algumas teorias já tenham sido postuladas no tocante à combinação de *nominal nu* + *predicado episódico*, nenhum autor, até onde sabemos, se utilizou de uma metodologia experimental para ratificar suas teorias empiricamente. Não estamos aqui querendo negar a importância da intuição dos teóricos, muito pelo contrário: nossa pesquisa se propõe a contribuir para a literatura específica no sentido de fornecer indicações para um estudo futuro mais acurado dos nominais nus, um estudo que pondere a intuição do teórico e a participação dos falantes por meio de julgamento de sentenças ou outros tipos de testes experimentais.

Foi pensando justamente nessa interação entre intuição e julgamento que realizamos três experimentos psicolinguísticos: dois de julgamento de naturalidade de sentenças e um de comparação entre duas estruturas, que não deixou, contudo, de inquirir dos informantes o julgamento de naturalidade. Participaram, ao todo, da pesquisa 56 informantes, todos com nível superior (concluído ou em curso).

A interface entre semântica e psicolinguística, como bem notou Basso (2007), para muitos linguistas pode parecer inesperada. Para nós, contudo, baseados na proposta de Basso (2007: p. 226), nos interessamos justamente pelo “desafio que a psicolinguística pode impor à composicionalidade”, princípio basilar de uma teoria sobre a semântica das línguas naturais. Assim, observar como os informantes julgam as sentenças-alvo pode nos fornecer pistas de como eles estão compondo

uma sentença, isto é, como os informantes unem as partes que compõem o todo (um pensamento, uma proposição).

Sabemos também da dificuldade em realizar experimentos psicolinguísticos, justamente em virtude das críticas e, sobretudo das desconfianças que a área recebe no que concerne à “artificialidade” a que a língua é submetida. Não é raro encontrarmos linguistas nos mais diferentes espaços bradando que “nos dados e nos experimentos, tudo se encontra”. Nesse sentido, adicionaremos um ponto de interrogação a uma afirmação de Basso (2007, p. 226), mas que no fundo é também um questionamento do próprio autor: “o processamento de sentenças em uma situação experimental é tão diferente do processamento em uma situação rotineira que não é [seja] possível avaliar um pelo outro”? A resposta dada pelo autor, por nós adotada, é a citação de um trabalho de Cunha Lima (2005):

Primeiro, [o método experimental] demanda alto grau de detalhamento e hipóteses muito bem explicitadas: formular experimentos funciona como um exercício de reflexão sobre a teoria e é de grande ajuda para encontrar falhas e incoerências em nossas hipóteses. Segundo, fazer experimentos permite incorporar aspectos, como atenção, memória, capacidade de processamento, aos modelos de processamento linguístico, isto é, permite dar um significado mais concreto na tentativa de entender a cognição como algo corporificado. (CUNHA LIMA, 2005: p. 214 *apud* BASSO, 2007: p. 226)

Assim, propomo-nos a utilizar os métodos experimentais da psicolinguística, buscando acessar o julgamento de falantes nativos do PB, como uma forma de entender o fenômeno por nós estudado, qual seja, a restrição contextual de nominais nus na posição de sujeito de sentenças episódicas.

No primeiro capítulo deste trabalho, iremos discutir as teorias de Schmitt & Munn (1999), Müller (2002; 2004) e Pires de Oliveira e Rothstein (2011; 2012) e também de Pires de Oliveira e Mariano (2011).

No capítulo seguinte, abordaremos a questão da estrutura informacional: o que é tópico e foco e como essas estruturas contribuem para a naturalização de sentenças construídas com o nominal nu na posição pré-verbal. Abordaremos, também, a curva entoacional do acento

de tópico, a fim de contrastá-lo com as sentenças por nós construídas para a elaboração e execução dos experimentos.

No Capítulo 3, descreveremos a metodologia dos experimentos por nós utilizados para entender se: a) nominais nus sujeitos de sentenças episódicas em PB são aceitos pelos falantes; b) a prosódia contribui para a felicidade da sentença; c) nominais nus com o traço [+ animado] tornam a sentença mais feliz do que quando se combina um nominal nu com o traço [- animado] a um predicado episódico.

Em seguida, no Capítulo 4, descreveremos os resultados obtidos na aplicação dos três experimentos, bem como a análise dos resultados.

Já no quinto capítulo, trataremos das considerações finais e dos rumos que a presente pesquisa poderá seguir.

Necessário frisar, de antemão, que o nosso foco de análise se restringe ao nominal nu, entendido como o nome desprovido de morfologia de plural e também de determinantes, conforme sugeriram Pires de Oliveira & Peruchi-Mezari (2012).

1. TEORIAS EM DISCUSSÃO

Como já dissemos, há uma grande discussão na literatura sobre se nominais nus, chamados tradicionalmente de singular nu, são licenciados ou não na posição de sujeito de sentenças episódicas em PB. Por um lado, autores como Viotti e Müller (2003), Müller (2002, 2004), dentre outros, defendem que não há licenciamento de nominais nus em posição pré-verbal, não pelo menos em posição de sujeito com interpretação existencial. Para outros autores como Munn e Schmitt (2002, 2005), Schmitt e Munn (1999), Pires de Oliveira e Mariano (2011), Pires de Oliveira e Rothstein (2011), Pires de Oliveira (2012) dentre outros, defendem que nominais nus são licenciados na posição de sujeito de sentenças episódicas.

Essa discussão está intimamente ligada a uma compreensão de qual seja a denotação do nominal nu no PB. Autores como Müller (2002; 2004) defendem que o nominal nu é um indefinido no sentido de Heim, isto é, eles são predicados do tipo $\langle e, t \rangle$, que introduzem uma variável que será fechada por um operador sentencial, como é o caso do genérico ou do existencial; já autores como Schmitt e Munn (1999), entre outros, defendem que nominais nus denotam espécie e são argumentos, do tipo e ; há ainda outros autores, como Dobrovie-Sorin (2012), que defendem que o nominal nu é ambíguo: na posição de sujeito denota espécie e na posição de objeto é um indefinido. Discutiremos aqui as abordagens sobre os nominais nus de Müller (2002; 2004), Schmitt & Munn (1999) e Pires de Oliveira & Rothstein (2011).

Nosso objetivo é entender: i) quais são as teorias que propõem o (não) licenciamento de nominais nus na posição pré-verbal de sentenças episódicas; ii) se a prosódia contribui para a felicidade da sentença e de que forma ela contribui; iii) os tipos de interpretação propostos pela literatura para o singular nu quando na posição de sujeito de sentenças episódicas.

1.1 O nominal nu é um indefinido

A hipótese de que o nominal nu é um indefinido tem como principal defensor para o PB o trabalho de Müller (2000, 2002, 2004, etc.). Para a autora, com base em Heim (1982), o nominal nu é um indefinido no sentido de que ele introduz uma variável livre que é presa

por um operador sentencial; assim, numa sentença como (18), abaixo, o sintagma nominal ‘menina’, que aparentemente está numa posição argumental, de sujeito do verbo ‘brinca’, é na verdade apenas um predicado que introduz uma variável que está, por sua vez, fechada por um operador genérico, provavelmente originado do aspecto verbal:

(18) Menina brinca de carrinho.

Assim, a sentença em (18) significa: geralmente, se algo é menina, esse algo brinca de carrinho.

Isso significa que a autora propõe que o nominal nu é um predicado do tipo <e, t> - portanto, um NP e não um DP - e que quando ele se encontra em aparente posição de sujeito, na verdade, não é sujeito, mas tópico sentencial. Além disso, para a autora, embasando-se na sua intuição sobre alguns testes linguísticos (cf. Viotti & Müller, 2003) no PB, a interpretação genérica se dá numa posição acima de IP, ou seja, numa posição não-argumental ou A-barra e é a única possível para o nominal nu. Assim, para ser preso a um operador genérico, o nominal nu precisaria subir para a posição de tópico (que é uma posição não-argumental) e nessa posição ele só poderia ser fechado pelo operador genérico. Segundo a autora, com base nos testes linguísticos realizados, é nessa posição que no PB o nominal nu é preso pelo operador genérico.

Há duas grandes afirmações aqui na teoria proposta por Müller, quais sejam: a de que o nominal nu é um predicado e não um argumento (um, NP, portanto, ao invés de um DP) e de que o nominal nu em aparente posição de sujeito só pode ter interpretação genérica, porque está numa posição acima de VP, onde ocorre o fechamento existencial. Para isso, portanto, ele precisa subir à posição de tópico da sentença, uma vez que é nessa posição, segundo a autora, que o nominal nu recebe a interpretação genérica no PB. Assim, a interpretação da sentença (18) acima seria a sentença (18’) abaixo:

(18’) Em geral, se x é menina, x brinca de carrinho.

O problema da proposta de Müller é que ela não se aplicaria a sentenças como (19), em que teríamos um nominal nu em aparente posição de sujeito conjugado com um predicado episódico, a não ser que a interpretação fosse genérica; nesse caso (19) deveria significar (19’):

(19) * Mulher discutiu futebol.¹²

(19’) Em geral, se x é mulher, x discutiu futebol.

¹² Na interpretação de Müller (2004).

O caso é que a sentença em (19) não tem necessariamente essa interpretação. Por isso, para a autora, se a sentença em (19) tiver interpretação existencial, sinônima de ‘algumas mulheres discutiram futebol’, ela é agramatical no PB. A sentença em (20) é, para a autora, gramatical porque se trata de uma sentença genérica, enquanto a sentença (21) é agramatical porque não há como atribuir uma interpretação genérica para a sentença com o nominal ‘menino’.

(20) Judeu está fazendo jejum hoje.

(21) * Menino está com fome.¹³

A explicação é que, enquanto em (20) o nominal ‘judeu’ é projetado para uma posição acima de IP, numa posição não-argumental, portanto, sendo preso pelo operador genérico; em (21) o nominal ‘menino’ é forçado a se mover para essa posição não argumental e é fechado pelo operador genérico, gerando a interpretação de que “em geral, se algo é menino, algo está com fome”. A sentença é, no entanto, agramatical se o nominal permanecer numa posição argumental e neste caso ele deveria ser preso por um quantificador existencial, o que não pode ser o caso, porque para a autora o nominal nu, em posição pré-verbal, só pode ter interpretação genérica.

A proposta de Müller, nesse sentido, entende que proferimentos como os exemplificados em (15) não seriam possíveis, porque as sentenças não são gramaticais, uma vez que o nominal nu ‘batata’ está na posição de tópico, mas não recebe interpretação genérica, como pode ser atestado pela sentença: ‘em geral, batata rolou do saco’. Assim, para a autora, a sentença (15) é também agramatical no PB, justamente por conta da impossibilidade de se atribuir uma interpretação genérica ao nominal nu, mesmo que ele esteja numa posição A-barra.

A nossa proposta, nesse sentido, é testar empiricamente se a análise de Müller se sustenta no PB. Para nós, a noção de gramaticalidade em si já é problemática, porque é estritamente sintática. Como já notou Mariano (2011), parece que, do ponto de vista sintático, não há nada que impeça a combinação de um nominal nu com um predicado episódico. Nesse sentido, seguindo a direção proposta por Pires de Oliveira e Rothstein (2011), preferimos falar em condições de felicidade da sentença, isto é, a sentença carrega pressuposições sobre o contexto. Assim, discordamos da teoria de Müller, para quem sentenças do tipo

¹³ Também na interpretação de Müller (2004).

(15) são agramaticais, isto é, não são sintaticamente bem formadas, e propomos, ao invés disso, que a sintaxe gera sentenças como (15), só que fora de um contexto específico, sentenças do tipo (15) são contextualmente infelizes, porque há um descompasso entre a denotação do predicado e a denotação do nominal nu, como veremos mais a frente. Quando atribuímos um contexto em específico, as condições de felicidade da sentença são reestabelecidas e essa é uma das funções da prosódia. A título de ilustração, tomemos o exemplo (15), retomado aqui como (22):

(22) # BATATA_T rolou do saco.¹⁴

Contexto (1): Seu Manoel e dona Bilica foram ao supermercado fazer compras. Em casa, durante a arrumação das compras do supermercado, o casal ouve um barulho e dona Bilica pergunta:

(a) O que aconteceu?

Ao que o marido responde:

(b) Eita! BATATA_T rolou do saco.

A sentença (22) proferida fora de contexto parece, de fato, ser contextualmente infeliz, ao passo que se a dispusermos num contexto, como em (1), a aceitabilidade do proferimento melhora.

É nesse sentido que propomos um experimento psicolinguístico de julgamento de aceitabilidade, por entendermos que há uma disputa teórica e que a interface com a psicolinguística pode nos fornecer pistas sobre a melhor direção a ser tomada na concorrência entre duas propostas.

1.2.0 nominal nu denota a espécie

Para esta discussão, temos duas propostas que também se mostram distintas, quais sejam, a proposta de Schmitt & Munn (1999), Munn & Schmitt (2004), dentre outros, para quem o nominal nu denota a espécie, mas possui restrições na posição pré-verbal, e a de Pires de Oliveira & Rothstein (2011), Pires de Oliveira (2012), dentre outros, para quem o nominal nu denota sempre espécie e o que ocorre em (15) ou em (22) é uma restrição dada pela combinação de um nome de espécie com um predicado episódico de instanciação da espécie e que se manifesta nas condições de felicidade da sentença.

¹⁴ Necessário frisar que esta sentença foi fabricada para o nosso experimento. Nesse sentido, por estar em uma situação artificial, não se configura como uma boa sentença.

O teste para definirmos se um dado nominal é um nome de espécie é verificar a possibilidade de combiná-lo com um predicado de espécie, ou seja, predicados que denotam um acontecimento da espécie, como nos exemplos abaixo:

(23) *Banana é abundante nesta região do país.*

(24) *Dinossauro foi extinto/está extinto.*

(25) *Macaco está em (risco de) extinção.*

(26) *Batata é rara nessa região.*

Os predicados em itálico são exemplos de predicados exclusivos que se aplicam à espécie. Assim, os nominais nus que se conjugarem com aqueles predicados podem ser considerados nomes de espécie, nos termos de Krifka *et al* (1995). É bom salientar que Müller entende que todas as sentenças acima são agramaticais no português brasileiro. Esse é, na verdade, seu argumento para descartar a hipótese de que o singular nu denota a espécie. Não é esse, no entanto, o entendimento de Schmitt & Munn (1999) dentre outros, para quem as sentenças acima são gramaticais.

Segundo a proposta de Schmitt & Munn (1999), o nominal nu pode ocorrer tanto na posição de sujeito quanto na posição de objeto, com leitura genérica, mas aparentemente ele é um tanto restrito na posição de sujeito de sentenças episódicas fortes (*strongly episodic sentences*), que são sentenças episódicas e que têm uma interpretação existencial. A restrição às sentenças episódicas fortes desaparece se o nominal nu for veiculado com foco prosódico ou sob o escopo de um item focalizador ou ainda em contextos de lista, que também pressupõe um contexto de foco prosódico.

Assim, uma sentença como (19), é, para esses autores, uma estrutura marcada em PB, ao passo que sentenças como (27), (28), (29) e (30) são estruturas não marcadas, de acordo com a proposta dos pesquisadores, mas por motivos diferentes. A sentença em (27) não é fortemente episódica, porque indica o início de produção de uma espécie de relógio, o relógio digital.

(19) * Mulher discutiu futebol.

(27) Na década de 70, relógio digital passou a ser fabricado em Manaus.

(28) MULHER_F discutiu as eleições.

(29) Só mulher discutiu as eleições.

(30) Mulher discutiu as eleições, homem discutiu futebol...

Já as sentenças de (28) a (30) são exemplos de sentenças cuja restituição da felicidade é dada via foco prosódico ou quando o nominal nu se encontra sobre o escopo de um item focalizador (cf. sentença (29) com o item focalizador ‘só’) ou ainda quando em contexto de lista, em que, de alguma maneira, se evoca um contexto de foco contrastivo, como em (30).

Schmitt e Munn entendem que o singular nu denota um predicado neutro para número, portanto, do tipo $\langle e, t \rangle$ ¹⁵. Para que o nominal nu possa ocupar uma posição argumental, os autores propõem que o singular nu precisa sofrer uma operação de *type-shifting*, isto é, uma operação de mudança de tipo semântico. A operação que gera um nominal nu, para Schmitt e Munn, é a operação *Down*, que seleciona um predicado e devolve um indivíduo.

O problema da proposta de Schmitt e Munn é que ela não explica o porquê de sentenças como (8) serem infelizes em PB, e tampouco explica qual é a regra que subjaz às estruturas focalizadas que faz com que as sentenças com nominais nus sejam mais felizes quando focalizados.

Além disso, como bem notou Pires de Oliveira (2012), existem sentenças no PB que apresentam nominais nus na posição de sujeito de sentenças episódicas e que são felizes sem aparentemente estarem em contexto de proeminência prosódica, como no exemplo (27), acima de no (31), abaixo:

(31) Ontem, rato comeu a comida do cachorro.

Sentenças como (31) segundo Schmitt e Munn (1999), podem ocorrer com certa liberdade na fala coloquial dos brasileiros.

A teoria dos autores, no entanto, nos deu subsídios para questionar o papel da estrutura informacional favorecendo ou não as condições de felicidades da sentença. Na verdade, esta proposta está presente, como já afirmamos, nos trabalhos de Pires de Oliveira e Mariano (2011) e Mariano (2011), discutidos a seguir.

¹⁵ Predicados do tipo $\langle e, t \rangle$, são predicados que selecionam um indivíduo - um *e*, portanto - e devolvem um valor de verdade *t*. São insaturados, isso é, precisam de um indivíduo para se tornarem saturados. Um exemplo de predicado do tipo $\langle e, t \rangle$ é a expressão ‘_____ é inteligente’, em que o predicado $\langle e, t \rangle$ ‘ser inteligente’ requer um indivíduo do tipo *e* para ser saturado.

Para Pires de Oliveira e Rothstein (2011), o singular *nu*¹⁶ denota sempre a espécie. Para elas, um nome raiz, isto é, um nome em sua forma original, é um predicado do tipo $\langle e, t \rangle$, não podendo, portanto, ocupar uma posição argumental, como já notaram Schmitt e Munn. Para que eles possam ocupar uma posição argumental, ou seja, para que eles se tornem um argumento do tipo *e*, precisam também sofrer uma operação semântica de *type-shifting*. A predição é a mesma da de Schmitt e Munn: a operação que gera um nominal *nu* é aquela na qual o operador *Down* seleciona um predicado e devolve um indivíduo.¹⁷ Para Pires de Oliveira e Rothstein, no entanto, essa operação nos dá como denotação, para todo mundo possível, o indivíduo que é a soma máxima de uma situação maximal e é nesse sentido, então, que o nominal *nu* denota o gênero, substância ou espécie, sempre.

Os nominais *nus*, assim, podem então ocupar as posições argumentais, mesmo a de objeto, como bem notado por Pires de Oliveira (2012):

(32) João comeu maçã.

Para as autoras, contrariando toda a tradição para a descrição de nominais *nus* e não apenas no português, a sentença (32) denota uma interação entre o indivíduo João e a espécie maçã. Isso não significa, necessariamente, que João realizou uma interação de comer com a espécie como um todo, mas com uma instanciação saliente num determinado contexto, isto é, basta para que a sentença seja verdadeira que tenhamos um evento suficiente e relevante da ação de comer maçã pelo agente João que conte como um testemunho. Nesse sentido, até mesmo uma pílula de maçã pode contar como testemunho de um evento no qual João está numa interação de comer com a espécie maçã.

A proposta de Pires de Oliveira & Rothstein (2011) é suficiente para explicar o que acontece em (18) e também para explicar a infelicidade de sentenças como (19). Segundo a proposta das autoras, em (19) temos a combinação de um nominal *nu*, ‘mulher’, que sempre denota espécie, com um predicado de estágio que se aplica normalmente a instancicações de uma espécie, no sentido de Carlson (1977), isto é, um predicado que trata de estágios de indivíduo, ‘discutiu futebol’, por isso a combinação é estranha. A asserção de (19) é sobre um evento envolvendo

¹⁶ As autoras ainda mantêm o termo ‘singular *nu*’.

¹⁷ Cf. Chierchia (1988).

uma discussão total ou parcial sobre futebol e a espécie ‘mulher’. É, no entanto, pragmaticamente estranho conjugar um evento de discussão, que geralmente ocorre com um indivíduo espécime, a uma espécie, daí a infelicidade da sentença. Quando isso ocorre, é preciso transformar o predicado episódico em um predicado que se aplique à espécie.

Para Pires de Oliveira (2012), os nominais nus são sempre licenciados; nesse sentido, a sentença é verdadeira se houver pelo menos um evento que conte como testemunha da participação de mulher na discussão sobre o futebol. Pode ser uma única mulher, desde que sua participação seja representativa para a espécie. Isso explica por que a sentença (32) é contextualmente feliz no PB e também a sentença (22), inserida no Contexto (1), porque o tópico retoma uma informação já dada pelo contexto, a de que há instanciações de batatas (que são compras de supermercado), aptas a realizarem a ação predicada pelo verbo ‘rolar’.

Adotamos a proposta de Pires de Oliveira & Rothstein (2011) e também de Pires de Oliveira (2012) para explicar o que acontece com os nominais nus em posição pré-verbal; resta-nos, contudo, explicar o papel da estrutura informacional na felicidade das sentenças. Para isso, iremos recorrer às propostas de Pires de Oliveira & Mariano (2011) e Mariano (2011), que também se embasam nas teorias das autoras acima mencionadas.

2 O PAPEL DA ESTRUTURA INFORMACIONAL

Como já notado por Schmitt e Munn (1999, 2002), Munn e Schmitt (2001, 2005), a estrutura informacional pode incidir sobre o nominal nu e alterar as condições de felicidades da sentença. Havíamos também mencionado que, para os nossos propósitos, não há relevância em ser tópico ou ser foco, desde que houvesse uma manifestação prosódica da estrutura informacional. Isso, no entanto, não é tão simples como parece.

Neste capítulo, iremos discutir mais detidamente essas afirmações, explicando o porquê de termos eleito a estrutura de tópico como estratégia para a restituição da felicidade da sentença, mesmo que, a rigor, o foco também possa cumprir esse papel.

2.1. A estrutura informacional

A estrutura informacional, em linhas gerais, diz respeito à organização e articulação do conteúdo linguístico, isto é, ela tem a ver com como o falante organiza (informação nova ou informação velha) e como esse conteúdo linguístico é articulado, ou seja, que padrão rítmico o falante utiliza quando veicula uma informação relativamente nova e uma informação relativamente velha. Nesse sentido, nos termos de Rodrigues e Menuzzi (2011), a estrutura informacional é “um dos aspectos centrais da organização da linguagem [...] estando ela no centro das interações entre sintaxe, semântica e pragmática (...)”, e, por isso, possui um caráter “eminentemente de interface”.

Nossa proposta de trabalho, contudo, não é o de exaurir a definição de ‘estrutura informacional’ (tarefa por si só arduamente complexa), senão apresentar brevemente os conceitos de informação velha e informação nova (tópico e foco, respectivamente) e entender como essas estruturas se relacionam ao nosso problema com os nominais nus na posição pré-verbal de sentenças episódicas.

2.2. O foco

O foco tem a ver com a informação nova, dada por uma sentença em um certo contexto. Do ponto de vista informacional, o foco é uma estrutura necessária, isto é, está presente em todas as sentenças da língua, ao contrário do tópico, que é uma estrutura contingente.

Segundo Rodrigues e Menuzzi (2011),

O foco (...) é definido como a instrução que sinaliza ao ouvinte qual é a “contribuição original” da frase, no entender do falante, aquela que o interlocutor deve incorporar em suas representações mentais como parte da “atualização” destas. (RODRIGUES E MENUZZI, 2011: p. 226)

Num par de pergunta/resposta, o foco corresponde ao constituinte *wh-* da pergunta. Por exemplo, no par de pergunta/resposta, abaixo, o foco corresponde à informação requerida, isto é, ao constituinte que substitui a expressão *wh-* “o que”:

(A): E sobre x, *o que* podemos falar?

(B): x, P.

Em que x é o tópico da sentença e P, o comentário, a proposição, a informação que é adicionada sobre o tópico ou, em termos notacionais da estrutura informacional, o foco da sentença ou a informação nova.

A rigor, a denotação do foco contém o conjunto de respostas (salientes e adequadas) que podem substituir o constituinte *wh-*, isto é, o valor do foco é uma lista de respostas que podem ser utilizadas no lugar do elemento *wh-*. Assim, no par de pergunta/resposta acima, o foco seleciona uma das alternativas dispostas num determinado conjunto (neste caso, o conjunto das coisas que podemos falar sobre x) e nega as demais. Assim, dado o conjunto {vai jogar bola, saiu com o namorado, trabalha na empresa x, defendeu o mestrado, ...}, o foco seleciona uma dessas alternativas e nega as demais. Por exemplo, se elegermos ‘sair com o namorado’ como o foco da sentença, teremos a paráfrase: *x saiu com o namorado e não vai jogar bola*.¹⁸

2.3. O tópico

Como já mencionado, o tópico tem a ver com a informação dada ou pressuposta, com aquilo sobre o que se fala ou com o tema. Na verdade, não há consenso na nomenclatura utilizada nas literaturas especializadas que discutem a organização e articulação da informação nova e da informação velha.

Para Ilari (1986), por exemplo, essa organização é nomeada como “Articulação Tema-Rema” ou ATR, em que, grosso modo, o “tema”

¹⁸ Para a leitura desse exemplo, acrescente uma pausa após ‘x’ e acentue prosodicamente ‘saiu com o namorado’ e ‘não’. Assim temos alguma coisa como: x, SAIU COM O NAMORADO e NÃO [é o caso que] vai jogar bola.

corresponde ao assunto sobre o qual se fala e o “rema” corresponde àquilo que se fala sobre o assunto. Já para Chomsky (1971), a informação velha é chamada de pressuposição, enquanto a informação nova é chamada de foco.¹⁹

Em nosso trabalho, no entanto, adotaremos a definição e a nomenclatura utilizada por Rodrigues e Menuzzi (2011), para os quais “tópico” é o constituinte que já foi, de alguma forma, introduzido no discurso, ou seja, é uma informação dada, uma informação velha ou conhecida, enquanto que a informação nova é chamada “foco”.

Segundo Rodrigues e Menuzzi (2011),

sujeitos são tipicamente interpretados como os tópicos de suas frases. Intuitivamente, isso faz pleno sentido: como observa Smith (2003, p. 193), o sujeito de uma sentença, sendo o primeiro elemento a ser processado pelo ouvinte, tende a ligar-se diretamente ao discurso anterior – isto é, tende a ser o “ponto de partida informacional” da sentença. Por isso é o candidato ideal para indicar “onde” a informação deve ser armazenada pelo ouvinte – e, em consequência, para indicar “sobre o quê” deverá ser a sentença. (RODRIGUES E MENUZZI, 2011: p. 216)

Simplificadamente, como já vimos para o foco, um tópico poderia ser identificado com o constituinte que substitui o x da seguinte fórmula:

(A): E sobre x, o que podemos falar?

(B): x, P.

Em que x é o tópico da sentença e P, o foco da sentença ou informação nova.

Büring (1996) distingue ainda tópico discursivo (*D-topic*) de tópico sentencial (*S-topic*). Apresentaremos essa distinção porque ela será crucial para entendermos a proposta de Pires de Oliveira e Mariano

¹⁹ Necessário registrar que, em algumas dessas discussões, não é apenas uma questão de nomenclatura, mas também o conceito e suas funções são distintos. Para os nossos propósitos, no entanto, entender que essas discussões categorizam o conhecimento linguístico em informação nova e informação velha ou pressuposta é suficiente.

(2011) sobre como a estrutura informacional auxilia na restituição da felicidade do tipo de sentença que estamos analisando.

2.3.1. Tópico discursivo (*D-topic*), tópico sentencial (*S-topic*) e valor focal.

Para Büring (1996), o tópico discursivo corresponde ao assunto geral sobre o qual estamos falando. Para delimitarmos o tópico discursivo, criamos uma pergunta cuja denotação corresponde ao conjunto de proposições que são as respostas possíveis a uma dada pergunta, de continuação da conversa. Assim, para cada sentença declarativa, está implícita uma questão para a qual ela é uma das respostas. Mais robustamente, temos que, “semanticamente, o tópico discursivo denota um conjunto de alternativas que são as possíveis respostas para a pergunta.” (PIRES DE OLIVEIRA e MARIANO, 2011: p. 3749). Exemplificando:

(33) A: O que a Maria deu para o João?

B: A Maria deu [o LIVRO]_F para o João.²⁰

Num contexto em que João ganhou três presentes, a pergunta A, acima, requer do interlocutor a informação sobre *o que* a Maria deu para o João, isto é, do conjunto dos presentes que João ganhou, qual deles foi o que a Maria deu pra ele. Assim, podemos ter o seguinte conjunto de respostas, supondo que o João ganhou uma bola, um livro e um videogame: {*A Maria deu a bola*, *A Maria deu o livro*, *A Maria deu o videogame*}. Esse conjunto de alternativas sobre as possíveis respostas para *o que* a Maria deu para o João corresponde ao tópico do discurso e neste caso é equivalente ao valor focal, ou seja, corresponde às alternativas que podem ser substituídas pelo constituinte *wh-* da sentença.

No exemplo acima, temos um caso de coincidência entre o valor focal, que não deve ser confundido com o foco, e o tópico do discurso, mas nem sempre é o caso. No exemplo abaixo, também extraído de Pires de Oliveira e Mariano (2011), temos um caso de dissidência entre o valor focal e o tópico do discurso:

(34) A: O que os meninos fizeram?

B: [O João]_T [brincou de BOLA]_F.

No exemplo acima, o tópico discursivo corresponde ao conjunto de respostas possíveis para a pergunta A, isto é {os meninos nadaram,

²⁰ Exemplos extraídos de Pires de Oliveira e Mariano (2011).

subiram na árvore, correram, ...}. Já o valor focal corresponde à substituição do constituinte *wh-* da pergunta “o que o João fez?” e não do constituinte *wh-* da pergunta A. ‘O João’, neste caso, é o tópico sentencial, que, nos termos de Pires de Oliveira e Mariano (2011), “indica um afastamento da pergunta inicial e uma resposta em lista: O João brincou de bola e o Pedro empinou papagaio”.

Compreendidas essas distinções, passaremos agora a tratar o papel da estrutura informacional como estratégia para restituir a naturalidade de uma sentença em que o nominal *nu* é sujeito de um predicado episódico.

2.4.O papel da estrutura informacional na felicidade das sentenças episódicas em que nominal *nu* se encontra na posição de sujeito

Apresentaremos aqui uma proposta elaborada por Pires de Oliveira e Mariano (2011) e Mariano (2011) para entender como a prosódia, mais especificamente o foco prosódico, atua nas sentenças episódicas com nominal *nu*, restituindo a naturalidade. Importante frisar, no entanto, que a discussão é, ainda, embrionária e que também não é nosso objetivo exaurir o *como* e o *porquê* a prosódia contribui para a felicidade dessas sentenças, justamente por entendermos que esse tema é por si só complexo e carente de maior atenção. Propomo-nos testar empiricamente se a prosódia é ou não relevante para a restituição da felicidade de sentenças episódicas com nominal *nu* na posição de sujeito e a explicação sobre o *como* e o *porquê* isso ocorre deverá ficar para um trabalho posterior.

Para Pires de Oliveira e Mariano (2011) e Mariano (2011), a prosódia contribui para a felicidade das sentenças episódicas em que o nominal *nu* se encontra na posição pré-verbal, à medida que fornece a informação de que há disponíveis e salientes no contexto espécimes aptas a realizarem a ação predicada pelo verbo e que podem contar como testemunhas do envolvimento da espécie.

Para os autores, a restrição que ocorre na sentença (12), retomada aqui como (35), é pragmática e se dá porque a combinação entre um predicado, que denota um acontecimento realizado com o espécime (ou uma instanciada da espécie), e um nominal *nu*, que denota a espécie, é marcada em PB.

(35) # Batata rolou do saco.

Pires de Oliveira e Mariano (2011) se valem da discussão proposta por Büring (1996) para explicar o papel da prosódia na restituição da naturalidade, em outros termos por que a sentença em (36) é menos marcada ou mais feliz:

(36) BATATA_T rolou do saco.

Büring está discutindo um outro tipo de caso. Ele procura explicar como é possível termos uma leitura definida do sintagma quantificado com ‘alguns’, que é indefinido. Para Büring (1996), a leitura partitiva (específica) de que alguns alunos decidiram ir para casa (e outros para outro lugar) da sentença (37), abaixo, é dada via estrutura informacional.

(37) ALGUNS alunos decidiram ir para CASA.

O quantificador ‘alguns’, para o autor, é um quantificador fraco, isto é, não pressupõe existência. Isso quer dizer que ‘alguns’ não poderia pressupor que havia alunos aptos a realizarem a ação de ir para casa (enquanto outros foram para outro lugar). Segundo Büring, contudo, não é necessária a criação de nenhum mecanismo específico ou dispositivo para que a interpretação partitiva seja gerada. Para o autor, o tratamento adequado para lidar com esse fenômeno é pragmático. Considere que a sentença (37) responde à pergunta (38), abaixo:

(38) Aonde os alunos decidiram ir?

Assim, o quantificador ‘alguns’ corresponde ao tópico da sentença e ‘ir para casa’, corresponde ao foco sentencial. A interpretação partitiva de (37) é fornecida pela estrutura informacional e não pela forma lógica. O caso é que o nome ‘aluno’, já está dado pelo tópico discursivo (sentença (38)), isto é, já faz parte do fundo conversacional compartilhado que há um conjunto de alunos que são conhecidos. Por ser o tópico sentencial, ‘alguns’, de alguma forma retoma o tópico discursivo. Assim, não é o quantificador ‘alguns’ quem pressupõe a existência de ‘alunos’; essa pressuposição está assegurada pelo próprio discurso. Mas note que isso só é possível se ‘alguns’ está focalizado prosodicamente. O foco indica que há uma pressuposição, no caso, a pressuposição de que há um conjunto específico de alunos sobre o qual se está falando. É só nesse contexto que ‘alguns’ pode receber interpretação partitiva.

O raciocínio utilizado por Pires de Oliveira e Mariano (2011) é análogo ao de Büring (1996), estendendo, porém, a proposta para os nominais nus na posição pré-verbal de sentenças episódicas.

Segundo os autores, o tratamento dado ao fenômeno não é de ordem sintática ou semântica, mas pragmática, uma vez que sentenças como (36), não são agramaticais, mas sim inadequadas contextualmente.

O que acontece em (36) é que o tópico do discurso pressupõe as instanciarções e o foco prosódico sobre o nominal nu introduz a informação nova da espécie, permitindo assim a combinação de nominais nus com sentenças episódicas, antes inviabilizada por conta da incompatibilidade pragmática entre um nominal nu e um predicado episódico. Assim, o que o foco prosódico faz é informar que independente de quantas ou quais entidades realizaram a ação predicada pelo verbo, essa ação conta como uma atividade representativa da espécie, como um testemunho.

As interpretações que podemos ter destas sentenças é a de contraste e exaustão (MIOTO, 2003. p. 174). Na interpretação de contraste, o foco elege uma dentre todas as possibilidades de indivíduos aptos a realizarem a ação predicada pelo verbo. Por exemplo, em (36), se considerarmos o nominal nu ‘batata’ como focalizado, temos que se alguma coisa rolou do saco, esta coisa foi batata (e não maçã, e não pera, e não melão, ...). Já na interpretação exaustiva, como a que ocorre em (9), temos que, da lista de coisas possíveis que tenham rolado do saco, a única e apenas ela foi batata (independente de quantos ou quais espécimes de batata realizaram a ação).

A proposta de Pires de Oliveira e Mariano (2011), no entanto, não explica o que acontece quando o nominal nu recebe o acento prosódico de tópico. Este é um assunto que precisa ser melhor discutido e investigado. Nós, porém, entendemos que a curva de tópico, na esteira da curva de foco, de alguma maneira contribui para a felicidade da sentença. É esse o ponto que gostaríamos de discutir no nosso trabalho: a curva de tópico contribui ou não para a felicidade da sentença?

2.5. Por que o tópico?

Neste trabalho, nos limitamos a testar empiricamente apenas a curva de tópico como estratégia para a restituição da naturalidade da sentença. A nossa principal motivação para isso está na proposta de Müller (2002, 2004, dentre outros), para quem o nominal nu na posição pré-verbal, na verdade não pode ser sujeito (porque, para a autora, o ‘singular nu’ é um predicado e não um argumento), mas é um tópico sentencial, trata-se, portanto, de informação compartilhada.

Nominais nus, tópico e foco: testando a aceitabilidade em sentenças episódicas

Assim, para testar essa predição de Müller, nossos experimentos envolveram apenas a curva de tópico sobre o nominal nu.

3. METODOLOGIA DOS EXPERIMENTOS

Elaborar um experimento psicolinguístico, como bem notou Cunha Lima (2005), requer do pesquisador clareza das hipóteses e detalhamento do objeto de pesquisa. O desenvolvimento de experimentos pode contribuir para a compreensão do fenômeno analisado, à medida que permite confirmar ou refutar nossas hipóteses, através da participação dos informantes. Além disso, a situação experimental é tal que permite também a incorporação de aspectos que talvez não fossem utilizados em uma situação enunciativa não controlada, como atenção e memória.

Nos termos de Leitão (2008),

a psicolinguística experimental tem como objetivo básico descrever e analisar a maneira como o ser humano compreende e produz linguagem, observando fenômenos linguísticos relacionados ao processamento da linguagem. Ou seja, esses fenômenos são tratados e focalizados do ponto de vista de sua execução pelos falantes/ouvintes a partir de seu aparato perceptual/articulatório e de seus sistemas de memória. (LEITÃO, 2008: p. 8)

Assim, os nossos experimentos buscaram, através da percepção dos falantes, encontrar vestígios que possam nos orientar sobre como os informantes avaliam o fenômeno em análise. Utilizamos de um computador, um fone de ouvido e do *software Praat* previamente instalado no computador. O ambiente de coleta de dados, por ocasião das execuções dos experimentos, estava tranquilo e sem a interferência de ruídos que pudessem prejudicar a audição dos informantes.

Preocupamo-nos também em ter foco preciso no que queríamos entender e consequentemente no controle de todas (ou pelo menos da maioria) das variáveis em jogo. Nesse sentido, nos esforçamos para que os *designs* dos experimentos fossem tais que não conduzissem a interpretação do informante a um único caminho, i.e., nos empenhamos em construir um modelo que não permitisse que todos os informantes se comportassem da mesma maneira, sem que pudesse haver uma margem para outro tipo de comportamento. Do contrário, seriam desnecessários a construção e o empenho na aplicação do experimento, já que todas as respostas dadas pelos informantes seriam exatamente as mesmas.

Há ainda, ao menos, mais três pontos que merecem destaque na nossa pesquisa. Os primeiros são o tipo de coleta de dados e a maneira

como o experimento é realizado que, como bem notaram Seara e Figueiredo-Silva (2007), dependendo do fenômeno analisado, podem alterar significativamente os resultados. Um terceiro ponto, não menos importante que os dois primeiros, é a preocupação com o produto dos experimentos, isto é, não basta apenas “obter um número significativo de dados pertinentes; [o problema] é obter um número de dados homogêneos em sua estrutura” (SEARA & FIGUEIREDO-SILVA, 2007: não paginado), o que, para os propósitos dos nossos experimentos, significa que os informantes precisam ser coerentes nos seus julgamentos, ou seja, seus julgamentos não podem ser aleatórios.

Abaixo, descrevemos a metodologia dos três experimentos realizados. Os dois primeiros são experimentos de julgamento de naturalidade das sentenças. Já o terceiro compreende a comparação entre duas estruturas (que podem ser idênticas) a fim de que o informante escolha, dentre as alternativas, a que é mais natural.

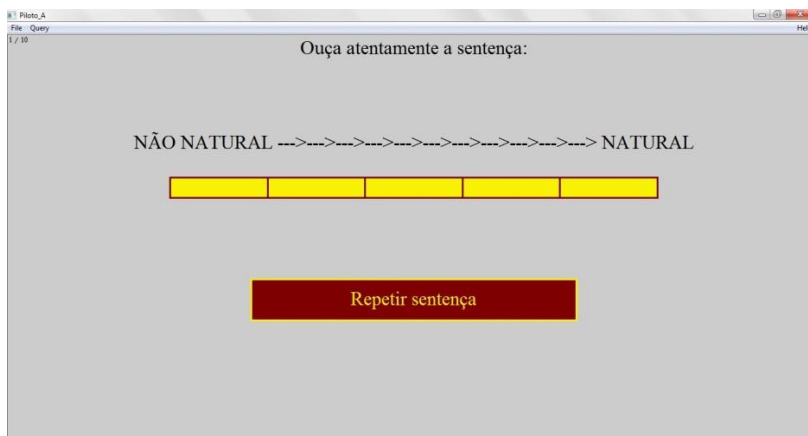
Necessário frisar que, entre a execução dos Experimentos 1, 2 e 3, havia um intervalo de tempo de pelo menos dois meses. Frisamos, ainda, que alguns informantes participaram dos três experimentos.

3.1 Experimento 1

O Experimento 1 consiste num teste de avaliação de naturalidade de sentenças, com o objetivo de entender se: a) a combinação entre nominais nus e predicados episódicos é agramatical em PB; b) a prosódia contribui para a felicidade da construção.

Cada informante, após ouvir a sentença-alvo, marcou seu julgamento numa faixa graduada com cinco valores, do menos natural ao mais natural, conforme a Figura 1.

Figura (1):



Amostra da tela do experimento 1. Na faixa central, os informantes clicavam para informar seus julgamentos.

Essa faixa correspondia aos valores, da esquerda para a direita, mostrados no Quadro (1):

Quadro (1):

NÃO NATURAL → → → → → → → → → → → NATURAL														
5					4					3				
2					1									

Valores que os falantes atribuíram às sentenças segundo sua naturalidade.

Onde se lê:

5: sentenças não-naturais que deveriam ter marcações no primeiro segmento de faixa da esquerda para a direita;

4: sentenças pouco naturais que deveriam ter marcações no segundo segmento de faixa da esquerda para a direita;

3: sentenças em que havia indecisão com relação à sua naturalidade e que deveriam ter marcações no centro da faixa;

2: sentenças com mais naturalidade e que deveriam ter marcações no quarto segmento de faixa da esquerda para a direita;

1: sentenças com muito boa naturalidade que deveriam ter marcações no quinto segmento da faixa da esquerda para a direita.

Esse tipo de avaliação se mostra eficaz, à medida que permite ao informante julgar a gradação, isto é, ele não precisa dizer que a sentença é de todo não-natural ou natural, ele pode simplesmente dizer que a sentença tem uma inclinação à naturalidade ou à não-naturalidade. Para isso, basta clicar em um dos segmentos adjacentes às extremidades. A indecisão para o julgamento se marca no segmento da faixa mais central.

Como o experimento envolveu também a contraparte suprasegmental das sentenças-alvo, o *software* utilizado na elaboração e aplicação do experimento foi o *Praat*, que é bastante utilizado para análise e manipulação da fala, sobretudo na área da Fonética Acústica.

3.1.1 Estímulos

Os informantes foram expostos a dez proferimentos: três com nominais nus com curva de tópico em posição pré-verbal de sentenças episódicas, três com nominais nus com entonação de declarativa padrão em posição pré-verbal de sentenças episódicas, duas distratoras sem marcação prosódica em posição pré-verbal e duas sentenças distratoras com curva de tópico em posição pré-verbal. Das distratoras, uma de cada grupo era agramatical e a outra gramatical, para que se pudesse fazer o controle das variáveis. Os estímulos foram apresentados em ordem aleatória gerada pelo próprio *software*.

O Experimento 1 se subdividia em experimento 1 α e 1 β para evitar que os estímulos enviassem o julgamento dos informantes. Assim, um informante que ouvisse um proferimento como (39) não era exposto ao proferimento em (40):

(39) Macaco subiu no galho.

(40) MACACO_T subiu no galho.

Dessa forma, um informante exposto a um nominal nu marcado com proeminência prosódica de tópico na posição pré-verbal não foi exposto a esse mesmo nominal nu com entonação não marcada por tópico. Tomamos o cuidado, no entanto, de fazer com que cada informante julgasse tanto nominais nus marcados com proeminência prosódica de tópico, quanto nominais nus não marcados deste modo, a fim de que pudéssemos observar se de fato um mesmo informante mostraria sensibilidade aos nominais nus contrastados.

Como havia essa subdivisão nos experimentos, tomamos, da mesma forma, o cuidado de fazer com que o informante julgasse

nominais nus com traço [+ animado] e [- animado]. Assim, houve uma alternância de traços entre o experimento 1 α e o 1 β . Enquanto um possuía dois nominais nus topicalizados²¹ na posição pré-verbal com o traço [+ animado] e um com o traço [- animado], o outro possuía o inverso: dois nominais nus com traço [- animado] e um com o traço [+ animado], todos com proeminência prosódica de tópico e ocupando a posição pré-verbal. O mesmo sucedeu com os nominais nus pré-verbais não topicalizados.

As sentenças foram elaboradas levando-se em consideração: a) o tipo de nominal a ser avaliado; b) a exigência do predicado episódico com interpretação episódica; c) foco prosódico; e d) métrica. Com relação ao tipo de nominal nu, os estímulos apresentados continham, salvo algumas distratoras, ou nominal [+ animado] ou [- animado]. Também havia nominais nus do tipo contáveis (como ‘macaco’) e do tipo massivos (como ‘geleia’). As exigências dos predicados episódicos, tais como saturação do verbo, *s-seleção*, etc., foram satisfeitas, salvo os pares de sentenças distratoras (41) – (42) e (42) – (44) que consideramos como agramaticais.²²

- (41) * Banana comeu Joana.
- (42) * BANANA_T comeu Joana.
- (43) * Banana comeu Mariana.
- (44) * BANANA_T comeu Mariana.

Já, com relação ao foco prosódico, dez sentenças foram marcadas com foco prosódico no nominal nu da posição pré-verbal (cinco no experimento 1 α e cinco no 1 β) e dez sentenças (também cinco no experimento 1 α e cinco no 1 β) foram veiculadas com prosódia de declarativa padrão, isto é, uma sentença que segue uma linha entoacional contínua e ao final apresenta uma entoação descendente. Para efeitos de

²¹ Por topicalização estamos entendendo aqui a marcação prosódica de tópico e não apenas o deslocamento de constituinte para a periferia esquerda da sentença. Para compreender melhor o conceito de topicalização e deslocamento à esquerda, confira o trabalho de Callou *et al* (2002).

²² Entendemos que ‘banana’ deveria ser interpretado como argumento externo de comer. Utilizamos, assim, a ordem das palavras para marcar os argumentos do predicado. Como veremos, alguns informantes não interpretaram essas sentenças dessa maneira.

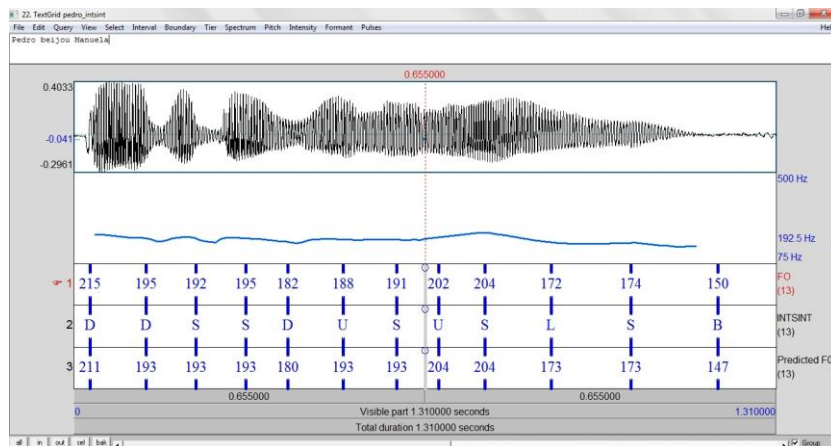
melhor compreensão, observe, na Seção 3.1.2 e na Sessão 3.1.3, as curvas de *pitch* que subjazem às sentenças-alvo.

3.1.2 Curva de F0 de sentenças declarativas padrão ou neutra²³

Figueiredo-Silva e Seara (2006), seguindo os padrões de Tenani (2002), caracterizam uma sentença declarativa neutra (SVO) da seguinte maneira: a) o acento principal da sentença sempre recai sobre a última sílaba acentuada, o que configura um evento tonal **HL***²⁴; b) geralmente uma sentença declarativa neutra sempre apresenta “uma sequência de eventos decrescentes” (FIGUEIREDO-SILVA E SEARA, 2006: p. 157), o que quer dizer que o *pitch* da última sílaba já se encontra mais abaixo do que o da primeira sílaba, em termos de Hz. Na nossa pesquisa tentamos seguir essa generalização a respeito da prosódia de declarativa padrão no PB.

A seguir, expomos a curva de *pitch* de uma sentença manipulada prosodicamente pelo *Momel*, com o intuito de ilustrar a definição dada por Tenani (2002).

Figura (2):



Forma de onda, curva de F0 manipulada e descrição tonal da sentença-controle declarativa gramatical: *Pedro beijou Manuela*.

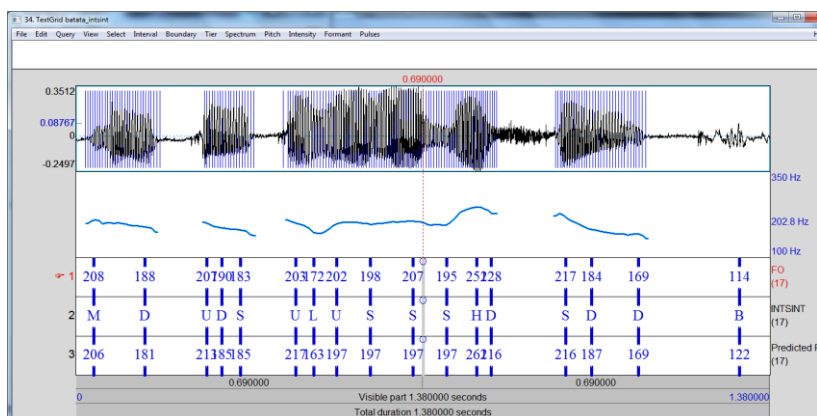
²³ F0 = Frequência fundamental. É a frequência de vibração das pregas vocais.

²⁴ Do inglês, *High* e *Low*, que significam um movimento de subida e de descida. Essa descrição é utilizada pela Fonologia Entoacional para sintetizar a entoação de uma sentença (cf. Figueiredo-Silva e Seara, 2006).

A linha central, presente na segunda janela da Figura (2), corresponde à curva de F0 da sentença. Note que a linha, nessa figura, está tendendo a um mesmo padrão, isto é, uma reta. Se observarmos, no entanto, a descrição sintetizada pelo *INTSIT*²⁵, valores distribuídos logo abaixo da curva de *Pitch*, podemos verificar uma descendência gradual ao final da sentença (150Hz). Esse movimento gradual descendente final é característico das declarativas padrão, segundo a literatura específica.

Abaixo temos dois exemplos de curvas de F0 das sentenças ouvidas pelos informantes no nosso experimento.

Figura (3):



Forma de onda, curva de F0 e descrição tonal da sentença-alvo declarativa: *Batata rolou do saco*.

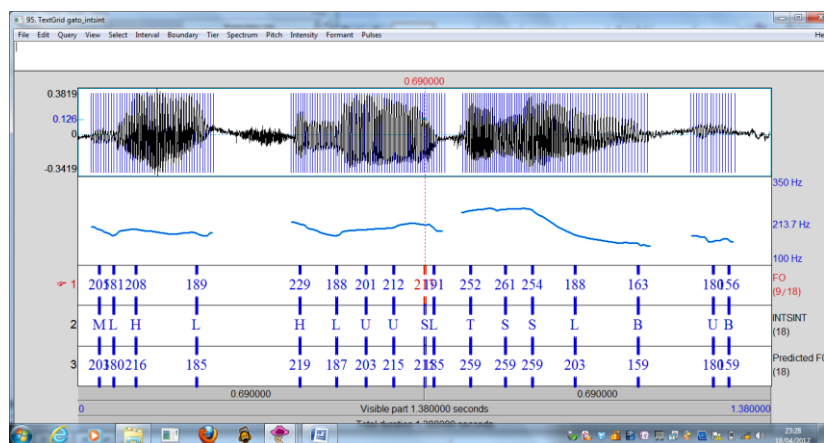
Note novamente a curva central, na segunda janela, que representa a curva de frequência fundamental da sentença-alvo. Perceba o movimento ascendente-descendente antes do final da sentença e a queda final que é característica das declarativas padrão, de acordo com a literatura específica da área. Podemos observar também que há uma ampla subida antes da descida final. Esse amplo movimento de subida que antecede ao movimento gradual descendente final pode ter sido uma

²⁵ Intsint: *International Transcription System for Intonation* (do inglês, Sistema de transcrição internacional para a entonação). É um recurso do software *Praat* para transcrever a curva de F0 para a notação internacional. Os valores gerados pelo Intsint são: T (*Top*, ápice), H (*Higher*, superior), U (*Upstepped*, elevado), S (*Same*, invariável), M (*Midd*, mediano), D (*Downstepped*, diminuído), L (*Lower*, mais diminuído), B (*Bottom*, inferior), em traduções livre.

focalização do objeto produzida pela nossa locutora. Segundo Ilari (1986), geralmente, numa declarativa padrão, a focalização, ou seja, a informação nova se localiza no último constituinte, assim, seguindo este padrão, a nossa locutora pode ter focalizado o objeto. O valor em Hz final (no terceiro plano da figura, na terceira linha, valores estilizados pelo *Intsint*, 122), contudo, é menor do que em qualquer outro ponto da sentença.

A seguir, fornecemos outro exemplo de curva de *Pitch* de sentenças ouvidas no primeiro experimento.

Figura (4):



Forma de onda, curva de F0 e descrição tonal da sentença-alvo declarativa: *Gato subiu no telhado*.

O movimento de F0 é semelhante aos demais. Há uma elevação no final da sentença seguida de uma descida brusca. A elevação pode ter sido uma focalização do objeto, feita pela nossa locutora, enquanto a queda final é a generalização que tomamos para classificar nossas sentenças como declarativas padrão ou neutras.

3.1.3 Curva de F0 de sentenças com o Nominal Nu como tópico.

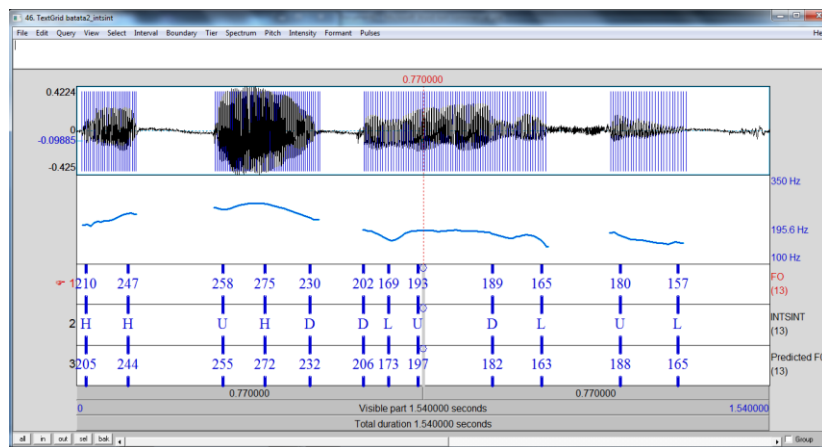
Tomamos como referência para a construção de sentenças com tópico o trabalho de Callou *et al* (2002) que descreve alguns padrões prosódicos para construções de tópico e deslocamento à esquerda do PB. Este trabalho envolveu pesquisadores do grupo de sintaxe e fonologia do projeto de descrição e análise da Gramática Português Falado no Brasil e

utilizou o corpus do mesmo projeto. A ideia, entre outras coisas, era investigar: a) há diferenças sintáticas entre o que se conhecia por tópico e deslocamento à esquerda? b) há marcas prosódicas que distinguem tópico de deslocamento à esquerda e tópico e deslocamento à esquerda das construções de sujeito?

O trabalho de Callou *et al* (2002) evidenciou sete padrões entoacionais para as sentenças analisadas, quais sejam, o padrão ascendente simples, ascendente duplo, ascendente-descendente, ascendente-contrastivo, descendente, neutro e alto. Dentre esses padrões, o ascendente simples é, segundo os autores, o padrão mais frequente de construção de tópico e se caracteriza por apresentar uma subida na sílaba tônica final ou na postônica do elemento topicalizado. Já o padrão ascendente duplo, possui duas modulações ascendentes no elemento topicalizado, enquanto o ascendente-descendente tem uma modulação ascendente na primeira tônica, segue alta até a pretônica final e desce na última tônica. O padrão ascendente-contrastivo, por sua vez, possui uma modulação ascendente na pretônica ou na tônica mais acentuado do que o padrão simples, enquanto o descendente modula uma descendência na tônica final. Por fim, o padrão neutro tem tessitura normal, isto é, sem modulação e o padrão alto tem tessitura alta sem modulação.

Nas figuras a seguir, evidenciamos os padrões encontrados nos nossos dados. Eles estão em conformidade com os padrões sugeridos por Callou *et al* (2002).

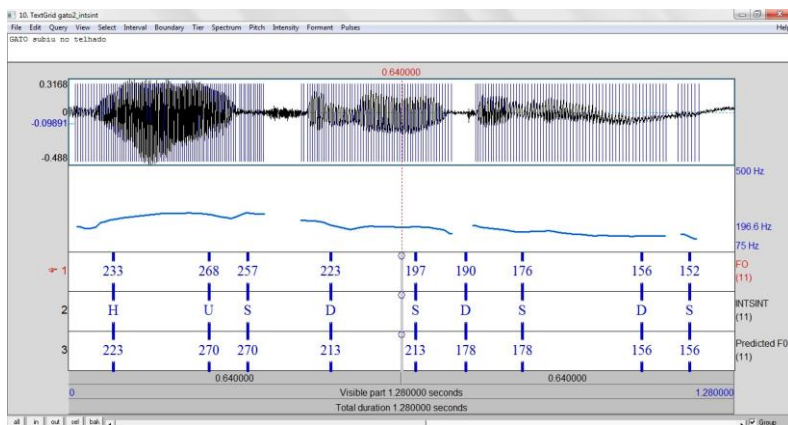
Figura (5):



Forma de onda, curva de F0 e descrição tonal da sentença-alvo: *BATATA_T rolou do saco*, em que o nominal nu ‘batata’ está na posição de tópico sentencial e sobre ele incide o foco prosódico da sentença.

Aqui, podemos observar um padrão ascendente simples para o tópico, com a subida na tônica ‘ta’ de ‘batata’, identificado com o *Higher* de valor 272 Hz, seguido da descendência, marcada no *Downstepped* de valor 232 Hz.

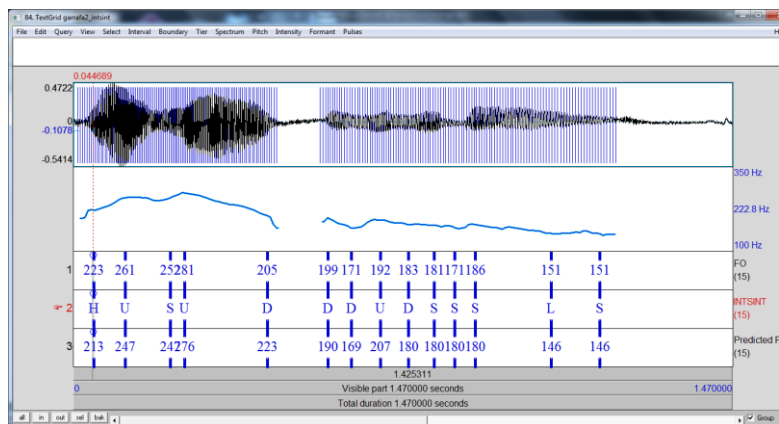
Figura (6):



Forma de onda, curva de F0 com espectrograma e descrição tonal da sentença-alvo: *GATO_T subiu no telhado*, em que o nominal nu ‘gato’ está na posição de tópico sentencial e sobre ele incide o foco prosódico da sentença.

Na Figura 6, novamente estamos diante de um padrão ascendente simples, com ápice na tônica inicial ‘ga’, de ‘gato’, identificado com o *Upstepped* de valor 270 Hz.

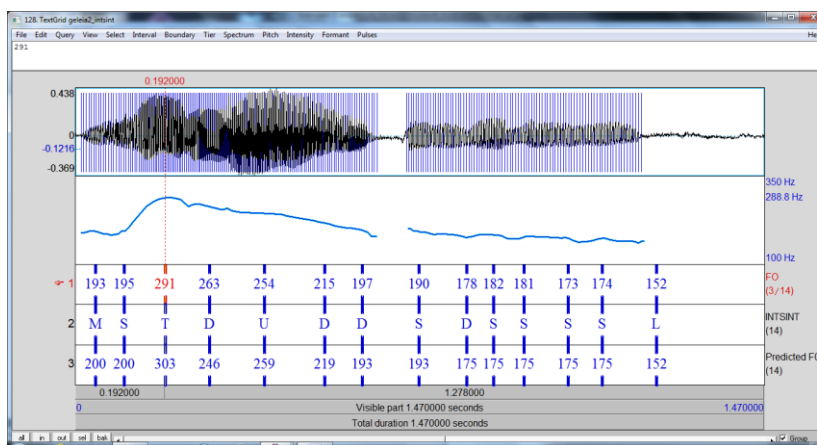
Figura (7):



Forma de onda, curva de F0 e descrição tonal da sentença-alvo: *GARRAFA_T rolou da mesa*, em que o nominal nu ‘garrafa’ está na posição de tópico sentencial e sobre ele incide o foco prosódico da sentença.

A Figura 7 registra o padrão ascendente contrastivo, isto é, com modulação ascendente na última tônica, porém mais acentuado do que o padrão ascendente simples (atente para o desenho da curva). A ascendência mais acentuada está marcada no rótulo *Upstepped* de valor 247 Hz, que corresponde à sílaba ‘ra’, de ‘garrafa’;

Figura (8):



Forma de onda, curva de F0 e descrição tonal da sentença-alvo: *GELEIA_T pingou na roupa*, em que o nominal nu ‘geleia’ está na

posição de tópico sentencial e sobre ele incide o foco prosódico da sentença.

Na Figura 8, estamos novamente diante de um caso de padrão ascendente contrastivo. Note a acentuada ascendência do elemento topicalizado, registrado no *Top* de valor 303 Hz, correspondente à sílaba ‘leia’ de ‘geleia’.

Notamos, assim, que a maioria dos nossos dados se encaixa em alguma daquelas descrições fornecidas por Callou *et al* (2002). O padrão mais comum, no entanto, foi também o padrão ascendente simples, observados nas Figuras (6) e (7).

3.1.4 Métrica

No que se refere à métrica, tomamos o cuidado de deixar as sentenças com o número de sílabas o mais parecido possível. Adotamos o padrão de heptassílabos, no qual geralmente os acentos tônicos incidem sobre a segunda e a última sílaba da sentença, entendida aqui como a última sílaba tônica (caso haja mais alguma sílaba após a tônica final, essas sílabas não entram na contagem), como no exemplo abaixo.

Ma|CA|co| su|biu| no| GA|(lho).

1 2 3 4 5 6 7

Todos os estímulos foram gravados e expostos com uma voz feminina, já que, segundo a literatura especializada, a voz feminina é a que é mais capaz de demonstrar as nuances suprasegmentais das línguas naturais, em virtude da maior variação da faixa de frequência de vibração das pregas vocais femininas, em comparação às masculinas.

Por ocasião da gravação dos estímulos, a própria locutora (que tem um grande conhecimento metalinguístico) criou contextos de fala para os quais se encaixavam nossos estímulos. Assim, os estímulos que continham curva prosódica de tópico respondiam a uma pergunta que topicalizava o sujeito, enquanto os estímulos com prosódia padrão respondiam a uma pergunta que focalizava o objeto.

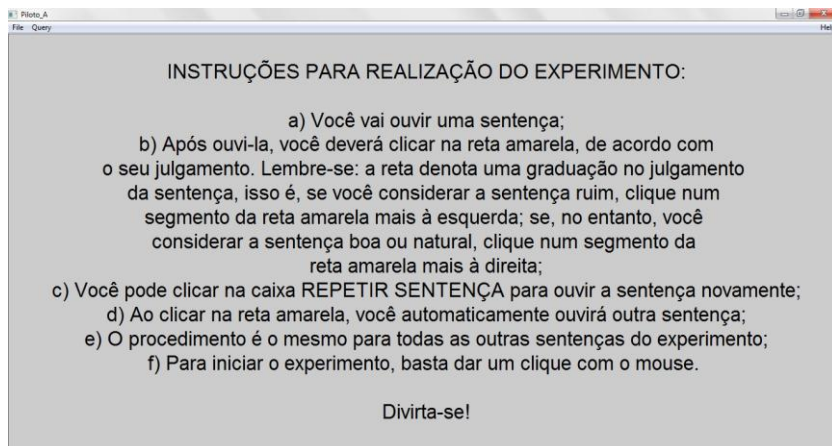
3.1.5 Instruções aos informantes

Antes de iniciar o experimento, os informantes foram instruídos a como proceder após a apresentação dos estímulos. Além da explicação oral do experimento por parte do proponente, solicitamos a todos os

informantes que lessem a página inicial (Figura 9) na qual havia também por escrito as “instruções para realização do experimento”.

Os estímulos podiam ser repetidos quantas vezes os informantes sentissem necessidade.

Figura (9):



Instruções para realização do experimento.

Informamos aos sujeitos que cada segmento da faixa correspondia a um valor. Assim, caso o falante quisesse julgar a sentença como não-natural, deveria clicar num segmento da faixa mais à esquerda. Caso ele quisesse julgar a sentença como natural, deveria clicar num segmento da faixa mais à direita. A indecisão para o julgamento era assinalada clicando no segmento central da faixa. Embora esta última informação sobre a indecisão do julgamento não constasse na tela de instruções para a realização do experimento, em todas as explicações orais tomamos o cuidado de informar o sujeito sobre a sua indecisão de julgamento.

3.1.6 Sujeitos

Participaram do experimento 16 sujeitos, entre os quais 5 do sexo masculino e 11 do sexo feminino. Todos os informantes submetidos ao experimento apresentavam audição normal e visão natural ou corrigida. Todos os informantes possuíam ensino superior completo ou em andamento na data de execução do experimento. Dos 16 informantes, 5

informantes possuíam formação em Linguística, enquanto os outros 11 possuíam formação reduzida ou nula em Teoria e Análise Linguística.

Todos os informantes firmaram acordo com o proponente do experimento mediante a leitura e aceitação do *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (no anexo), o qual regulava a participação do informante no experimento e também assegurava o sigilo das informações concedidas.

3.2 Experimento 2

A metodologia do segundo experimento se assemelha muito à metodologia do primeiro. O segundo experimento foi, da mesma forma, elaborado e aplicado no *software Praat* e, à esteira do primeiro, também exigiu um julgamento gradual da naturalidade das sentenças por parte dos informantes. Todos os informantes foram previamente orientados para a realização do experimento e, igualmente, marcavam seu julgamento na faixa ilustrada na Figura (1).²⁶ A diferença entre o primeiro e o segundo experimento reside basicamente na quantidade e na qualidade dos estímulos apresentados, além da ampliação do quadro de informantes.

3.2.1 Estímulos:

Os informantes ouviram oito sentenças, das quais duas eram sentenças distratoras, três sentenças utilizando foco prosódico no nominal nu em posição pré-verbal de sentenças episódicas e três sentenças com nominal nu na mesma posição, mas com entoação de uma declarativa padrão. Das distratoras, uma era considerada não-natural e outra natural.

É válido ressaltar que optamos por reduzir a quantidade de estímulos por entendermos que estímulos em demasia poderiam condicionar o informante a um determinado julgamento ou desconcentrá-lo em virtude da automatização das respostas.

A exemplo do primeiro experimento, também o segundo foi dividido em dois: o experimento 2 α e o experimento 2 β . Essa medida serviu para que se evitasse de o informante julgar duas sentenças semelhantes na forma, mas divergentes na estrutura informacional, como, por exemplo, (44) e (45).

(45) Macaco subiu no galho.

(46) MACACO_T subiu no galho.

²⁶ Cf. Metodologia do Experimento 1.

A ideia é que, ao julgar duas sentenças com a mesma forma, o informante não sentiria a diferença que há entre as duas estruturas informacionais. Assim, optamos por não veicular duas sentenças com a mesma forma num mesmo experimento.

Tomamos também o cuidado para que cada informante julgasse sentenças com nominais nus [+ animado] e nominais nus [- animado]. Assim, alternamos para cada experimento duas sentenças com nominais nus [+ animado] e duas com os nominais nus [- animado], cada qual recebendo ora foco prosódico, ora acento de declarativa padrão.

Todos os estímulos foram gravados e apresentados com uma voz feminina sem manipulação, a fim de se obter melhores resultados no que concerne ao julgamento de estruturas autosegmentais.

3.2.2 Métrica

A métrica das sentenças foi basicamente a mesma do primeiro experimento: heptassílabos com o acento incidindo geralmente na segunda e última sílaba da sentença.

3.2.3 Instruções aos informantes

As instruções dadas aos informantes que realizaram o Experimento 2 foram idênticas às fornecidas aos informantes que realizaram o Experimento 1, excetuando-se o fato de que no Experimento 1 os informantes ouviram dez sentenças, enquanto no Experimento 2, os informantes ouviram apenas oito sentenças.

3.2.4 Sujeitos

Participaram do Experimento 2, 26 informantes (11 do sexo masculino e 15 do sexo feminino), com boa audição e visão natural ou corrigida. Todos os informantes possuíam ensino superior completo ou em andamento até o dia da coleta de dados. Dos 26 informantes, 5 eram linguistas, enquanto os demais possuíam conhecimento nulo ou reduzido em teoria e análise linguística.

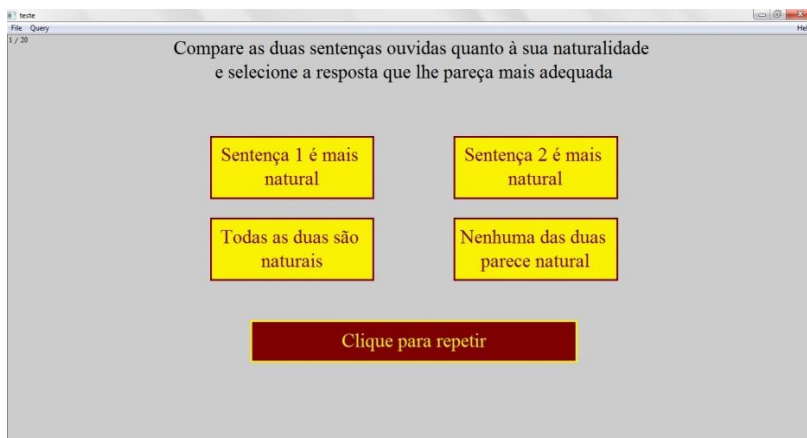
Todos os informantes firmaram acordo com o proponente do experimento através do *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, o qual regulava a utilização dos dados e assegurava o sigilo da identidade dos informantes (anexo 1).

3.3 Experimento 3

O terceiro experimento se originou da necessidade de retificar algumas insuficiências experimentais que aconteceram no primeiro e no segundo experimentos. Por exemplo: nos dois primeiros experimentos, não conseguimos sustentar a hipótese de que a prosódia contribui para a felicidade da sentença, talvez porque o *design* dos dois primeiros experimentos não proporcionasse o cotejo, por parte dos informantes, de duas estruturas, mas a audição de uma sentença isolada.

A metodologia do terceiro experimento, nesse sentido, difere consideravelmente da dos demais. Enquanto nos dois primeiros o informante julgava a naturalidade das sentenças uma a uma, no experimento 3 os informantes fizeram a comparação entre duas sentenças, elegendo dentre elas as seguintes opções, conforme a Figura (10), abaixo.

Figura (10):



Amostra da tela de execução do Experimento 3. Os quadrados em amarelo eram onde o informante precisava clicar para registrar seu julgamento.

Os valores correspondentes aos julgamentos são respectivamente:

- 1: para aqueles que elegeram a sentença 1 como mais natural;
- 2: para aqueles que elegeram a sentença 2 mais natural;
- 3: para aqueles que elegeram ambas as sentenças como naturais;
- 4: para aqueles que não consideraram nenhuma das duas como

natural.

O objetivo do Experimento 3 era que o informante comparasse duas sentenças sendo elas iguais ou diferentes no tocante à estrutura informacional, isto é, os sujeitos julgariam sentenças cujo primeiro elemento do par possuía acento de tópico no nominal nu e o segundo elemento não; sentenças cujo segundo elemento do par possuía acento de tópico no nominal nu e o primeiro não; sentenças em que ambos os elementos do par possuíam acento de tópico no nominal nu e por fim, sentenças em que ambos os elementos do par possuíam entoação padrão.

3.3.1 Estímulos

Cada informante ouviu ao todo 40 sentenças, agrupadas em 20 pares. Desses 20 pares, havia cinco pares de sentenças-controle, dentre as quais dois pares continham sentenças agramaticais e três pares continham sentenças gramaticais, mas sem nominais nus na posição de sujeito.

Dos 15 pares restantes, três pares possuíam a seguinte estrutura: o nominal nu da primeira sentença não era marcado para tópico e nominal nu da segunda sentença com prosódia de tópico (doravante $\neg T/T$, onde se lê: não-tópico/tópico), sentenças-alvo; cinco possuíam ambas as sentenças dos pares marcadas com acento de tópico (T/T , onde se lê, tópico/tópico), sentenças distratoras; três possuíam a estrutura: primeira sentença marcada prosodicamente com tópico no nominal nu e segunda sentença com entoação neutra ($T/\neg T$, onde se lê: tópico/não-tópico), sentenças-alvo; e por fim, quatro sentenças em que ambas possuíam acento entoacional padrão ($\neg T/\neg T$, onde se lê: não-tópico/não-tópico), sentenças distratoras.

A ideia é que no cotejo entre duas estruturas que diferem (ou se assemelham) no tocante apenas à estrutura informacional, os indivíduos pudessem notar a diferença que há entre sentenças com nominal nu sujeito de sentenças episódicas marcado prosodicamente como tópico e sentenças com nominal nu sujeito de sentenças episódicas com entoação neutra.

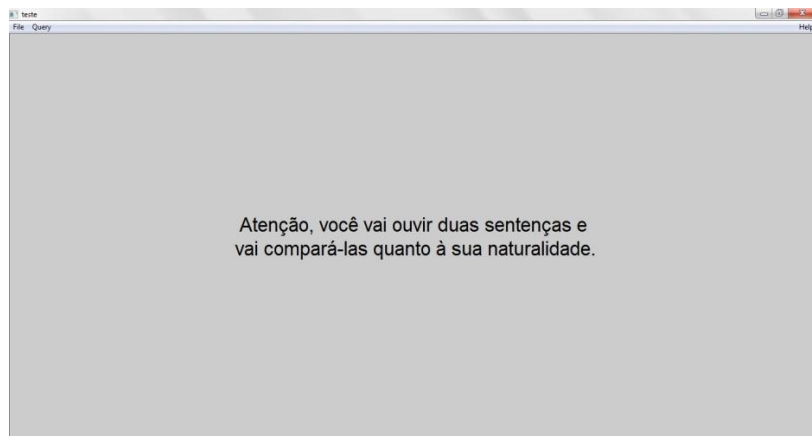
3.3.2 Métrica

A métrica dos estímulos veiculados no Experimento 3 seguiu o padrão dos dois experimentos anteriores, qual seja, heptassílabos acentuados na segunda e na última sílaba tônica.

3.3.3 Instruções aos informantes

Antes de iniciar o experimento os informantes foram instruídos sobre como executar o experimento. Informamos que ele ouviria um par de sentenças e que, a cada par de sentenças ouvido, ele deveria fazer o julgamento. Caso quisesse, o informante poderia repetir os pares das sentenças quantas vezes julgasse necessário. Na primeira tela do experimento, também havia uma breve, porém clara, instrução sobre como proceder. O mesmo havia na própria tela de execução do experimento (Cf. Figura (10)). Abaixo, na Figura (11), podemos conferir uma amostra da tela inicial contendo as instruções.

Figura (11):



Instrução para realização do Experimento 3.

3.3.4 Sujeitos

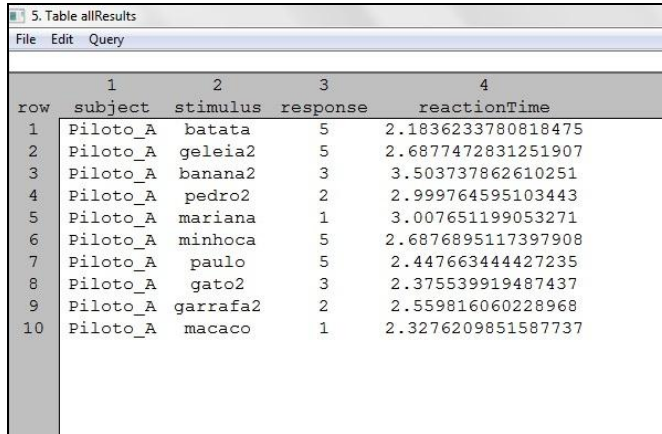
Participaram do experimento 14 informantes (10 do sexo feminino e 4 do sexo masculino), todos falantes nativos de PB, com boa audição e visão natural ou corrigida. Todos os informantes têm ensino superior (concluído ou em curso) e dos 14, 6 têm conhecimento metalinguístico e 7 não possuem esse conhecimento.

Todos os informantes firmaram acordo com o proponente do experimento através do *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, o qual regulava a utilização dos dados e assegurava o sigilo da identidade dos informantes (anexo 1).

4 RESULTADOS E ANÁLISES

Após a audição de todas as sentenças por cada informante, o *software* gerou uma tabela de dados exemplificada na Figura (12).

Figura (12):



row	1 subject	2 stimulus	3 response	4 reactionTime
1	Piloto_A	batata	5	2.1836233780818475
2	Piloto_A	geleia2	5	2.6877472831251907
3	Piloto_A	banana2	3	3.503737862610251
4	Piloto_A	pedro2	2	2.999764595103443
5	Piloto_A	mariana	1	3.007651199053271
6	Piloto_A	minhoca	5	2.6876895117397908
7	Piloto_A	paulo	5	2.447663444427235
8	Piloto_A	gato2	3	2.375539919487437
9	Piloto_A	garrafa2	2	2.559816060228968
10	Piloto_A	macaco	1	2.3276209851587737

Exemplo da tabela de dados emitida pelo *software Praat*.

Na primeira coluna, intitulada *row*, temos o número da ordem para a apresentação dos estímulos; na coluna de número 1, intitulada *subject*, temos o nome do experimento (essa coluna é importante para o caso de haver subdivisões num mesmo experimento, como é o caso dos experimentos 1 e 2); na coluna de número 2, intitulada *stimulus*, temos os estímulos apresentados ao informante-ouvinte (é importante notar que o *software* randomizava os estímulos, portanto, a ordem deles não é igual para todos os informantes). Importante frisar também que os nominais aos quais está adjungido o número 2 são os que receberam acento de tópic, enquanto que os nominais que não possuem esta adjunção são os que foram veiculados com curva entoacional padrão ou neutra; a coluna de número 3, intitulada *response*, são os julgamentos produzidos pelos informantes que, dependendo do experimento, têm valores diferentes, conforme pudemos constatar no Capítulo 2, que trata da metodologia dos experimentos; a última coluna, intitulada *reactionTime*, diz respeito ao tempo de reação do informante para cada estímulo. Para os fins deste experimento, os valores obtidos nesta última coluna foram desprezados,

uma vez que não dispomos de um aparato tecnológico preciso que de fato pudesse ser confiável para calcular o tempo de reação dos informantes.

Abaixo, apresentaremos um a um os resultados e as análises obtidas em cada experimento, para, então, realizarmos uma conclusão com todos os dados.

Resultados do Experimento 1

Os resultados obtidos na coleta dos dados do experimento 1 são apresentados nas Tabelas de 1 a 5, abaixo.

Tabela 1:

Sentenças-alvo (episódicas)		Valores atribuídos pelos informantes								Média
NNUS topicalizados	[+anim]	1	2	3	4	5	6	7	8	
1 α	(1) GATO subiu no telhado	2	2	1	1	5	1	2	5	2,375
1 β	(1) MACACO subiu no galho	3	2	3	2	1	1	1	3	2
1 β	(2) MINHOCA cavou buraco	2	5	2	3	1	1	5	3	2,75
Média dos julgamentos sobre sentenças episódicas com NNus topicalizados [+anim]										2,375

Resultado dos julgamentos dos informantes do Experimento 1; sentenças-alvo com proeminência prosódica [+ animadas]

Tabela 2:

NNUS topicalizados	[-anim]	1	2	3	4	5	6	7	8	
1 α	(2) GARRAFA rolou da mesa	2	2	5	2	5	1	2	1	2,5
1 α	(3) GELEIA pingou na roupa	1	2	5	1	5	1	2	5	2,75
1 β	(3) BATATA rolou do saco	3	2	2	5	3	1	5	5	3,5

Média dos julgamentos sobre sentenças episódicas com NNus topicalizados [-anim]	2,466
--	--------------

Resultado dos julgamentos dos informantes do Experimento 1; sentenças-alvo com proeminência prosódica [- animadas]

Tabela 3:

Decl. Padrão com NNUS	[+anim]	1	2	3	4	5	6	7	8	
1α	(4) Macaco subiu no galho	1	5	2	1	1	1	1	5	2,15
1α	(5) Minhoca cavou buraco	2	5	3	1	1	1	2	2	2,75
1β	(4) Gato subiu no telhado	3	5	3	1	1	1	5	2	2,625
Média dos julgamentos sobre sentenças declarativas padrão com NNus [+anim]										2,51

Resultado dos julgamentos dos informantes do Experimento 1; sentenças-alvo sem proeminência prosódica [+ animadas]

Tabela 4:

Decl. Padrão com NNUS	[-anim]	1	2	3	4	5	6	7	8	
1α	(6) Batata rolou do saco	2	5	2	1	1	1	1	2	1,875
1β	(5) Geleia pingou na roupa	5	2	2	2	1	1	5	3	2,625
1β	(6) Garrafa rolou da mesa	3	5	5	2	1	5	5	1	3,125
Média dos julgamentos sobre sentenças declarativas padrão com NNus [-anim]										2,5

Resultado dos julgamentos dos informantes do Experimento 1; sentenças-alvo sem proeminência prosódica [- animadas]

Tabela 5:

Sentenças distratoras	Valores atribuídos pelos	Média
------------------------------	---------------------------------	--------------

		informantes								
Naturais	[+anim]	1	2	3	4	5	6	7	8	
1α	(7) PEDRO beijou Manoela	1	1	1	1	5	1	1	5	2
1α	(8) Paulo beijou Manoela	1	1	1	1	1	1	1	1	1
1β	(7) PAULO beijou Manoela	1	1	1	1	1	1	1	1	1
1β	(8) Pedro beijou Manoela	3	1	5	2	1	5	1	2	2,5
Média dos julgamentos sobre sentenças distratoras naturais										1,625
Não-naturais	[-anim]	1	2	3	4	5	6	7	8	
1α	(9) BANANA comeu Joana	1	5	5	5	5	5	1	5	4
1α	(10) Banana comeu Mariana	1	5	5	5	3	5	5	1	3,78
1β	(9) BANANA comeu Mariana	2	5	5	3	2	1	2	5	3,125
1β	(10) Banana comeu Joana	5	5	5	5	5	5	2	5	4,65
Média dos julgamentos sobre sentenças distratoras não-naturais										3,889

Resultado dos julgamentos dos informantes do Experimento 1; sentenças distratoras com e sem proeminência prosódica.

As tabelas acima estão configuradas da seguinte forma: na primeira coluna temos as inscrições 1 α e 1 β , que identificam o experimento que o informante realizou; na coluna adjacente, temos os estímulos ouvidos pelos informantes, enumerados de 1 a 10, conforme a subdivisão do experimento, isto é, para cada subdivisão do experimento, dez estímulos foram enumerados. Essa distinção é importante para que se compreenda, na análise dos dados, como fizemos para exemplificar as sentenças; nas colunas enumeradas de 1 a 8, estão os valores atribuídos pelos informantes aos estímulos. Lembramos que, em cada coluna, há dois informantes: o que respondeu ao experimento 1 α e o que respondeu ao experimento 1 β ; por fim, na última coluna, expomos as médias dos

juízos dos informantes (somatório total dos juízos dividido por 8).

Na Tabela 1, temos os valores atribuídos às sentenças com nominais nus [+ animados] topicalizados; na Tabela 2, os valores atribuídos às sentenças com nominais nus [- animados] topicalizados; já na Tabela 3, temos os valores atribuídos às sentenças com nominais nus [+ animados] com prosódia neutra, enquanto na Tabela 4 temos os valores atribuídos às sentenças com nominais nus [- animados] com prosódia neutra; por fim, na Tabela 5, temos os valores atribuídos às sentenças distratoras naturais e os valores atribuídos às sentenças distratoras não-naturais.

A numeração das sentenças do Experimento 1 será formada da seguinte maneira: número da subdivisão do experimento (1 α e 1 β) + número de ordem da sentença (número entre parênteses que antecede ao estímulo, na segunda coluna). Assim, quando nos referirmos à sentença ‘MACACO_T subiu no galho’, utilizaremos o código 1 β -(1); para nos referirmos à sentença ‘Macaco subiu no galho’, utilizaremos o código 1 α -(4) e assim sucessivamente.

Os valores tomados como referência para considerar uma sentença como natural, dado o somatório geral dos valores, foi dividido por 8, que é o número de informantes, obtendo assim a média dos juízos de cada sentença. Para efeitos de comparação, tome 5 como sentença não-natural, 3 para indecisão sobre o juízo e 1 como sentença muito natural. Dessa maneira, vemos com mais clareza a aproximação ou distanciamento quanto à aceitabilidade das sentenças como mais ou menos naturais.

4.1.1 Análise dos resultados do experimento 1

Começamos nossa análise com as sentenças distratoras naturais (tabela 5) sobre as quais se esperaria uma avaliação tendendo ao natural. Se observarmos a média de avaliação dessas sentenças (1,625), vemos que, de fato, elas tendem para a naturalidade. No entanto, se olharmos os juízos dessas sentenças em separado, veremos que muito provavelmente houve alguma diferença entre as sentenças cujo sintagma nominal inicial é *Pedro* e *Paulo*. As que iniciam por *Paulo* ficaram com média referente a sentenças muito naturais (ou seja, 1), quer se tenha foco ou não sobre esse sintagma. Já, as sentenças que iniciam por *Pedro* foram consideradas não-naturais, por dois sujeitos, quando *Pedro* aparece com

ou sem foco prosódico. Parece, pois, que há algo de errado com o formato do experimento.

Agora, analisando os resultados dos julgamentos relativo às sentenças distratoras não-naturais (ainda na tabela 5) sobre as quais se esperaria um índice que indicasse sentenças sem nenhuma naturalidade, ou seja, que tendessem a 5, vemos que a média obtida nesses julgamentos foi de 3,889. Esse valor médio pode ser explicado pelos julgamentos relativos à sentença 1 β -(9), cujo sintagma nominal inicial é [- animado] (*banana*) e focalizado. Esse proferimento recebeu de 5 dos sujeitos avaliação menor ou igual a 3, significando uma tendência à naturalidade ou à indiferença quanto à sua naturalidade, muito provavelmente porque os falantes estão entendendo ‘banana’ como argumento interno de ‘comeu’, o que não era a nossa intenção. Note que isso só ocorreu quando o sintagma está focalizado. De qualquer maneira, a média tende a 4.

Observando agora as tabelas de 1 a 4 com relação às sentenças-alvo e às declarativas padrão, podemos notar que os valores médios dos julgamentos não indicam grandes diferenças de percepção entre sentenças constituídas de nominais nus com foco prosódico (topicalizados) e nominais nus sem foco prosódico (2,375 e 2,51, respectivamente), pelo menos com respeito àqueles referentes aos nominais nus com o traço [+ animado], uma vez que apresentaram índices entre 2 (tendendo à naturalidade) e 2,75 (tendendo à indiferença com relação à naturalidade). Esses resultados nos levam a inferir que ou os informantes aparentemente não fazem distinção entre uma sentença com marcação prosódica e outra sem essa marcação ou que a marcação prosódica *per se* não é suficiente para deflagrar o contraste que existiria entre sentenças com nominais nus em posição pré-verbal de predicados episódicos, como em (45), com sentenças do tipo (46), em que o nominal nu ocupa uma posição pré-verbal de um predicado genérico:

(45) # Mulher discutiu futebol.

(46) Mulher discute futebol.

De posse desses resultados parciais, podemos afirmar que parece que os nominais nus com o traço [+animado] conjugados a um predicado episódico não geram uma sentença agramatical, como sugere Müller (2002, 2004, entre outros).

Os resultados ficam um pouco diferentes quando olhamos em detalhes os dados referentes às sentenças com o traço [- animado] (quer episódicas com nominais nus topicalizados, quer declarativas padrão com nominais nus sem focalização). Temos, nos dois casos, pelo menos 1/3

das respostas relativas ao índice 5 (sem nenhuma naturalidade). Esses índices fizeram com que as sentenças 1β -(3) e 1β -(6) tivessem médias maiores do que 3 (mostrando uma certa tendência à não-naturalidade). Notamos, no entanto, que deve haver uma diferença entre as sentenças *Batata rolou do saco* 1α -(6) e *Garrafa rolou da mesa* 1β -(6), já que a primeira apresenta uma média de avaliação de 1,875 e a segunda de 3,125.

De maneira geral, os resultados obtidos no Experimento 1 não nos deram subsídios suficientes nem para confirmar e nem para refutar a nossa hipótese principal, a saber, que os informantes são sensíveis à estrutura informacional do nominal nu; curiosamente, o experimento nos indicou que nominais nus com o traço [+ animado] em posição pré-verbal de sentenças episódicas aparentam ser construções mais bem formadas no PB do que as que se utilizam de nominais nus [- animado] na mesma posição, pois os resultados sugerem uma sutil diferença entre os nominais nus com traço [+ animado] e nominais nus com traço [- animado] – compare os julgamentos obtidos, por exemplo, para as sentenças 1β -(1) e 1β -(3). Importante frisar que os resultados indicam que as sentenças-alvo utilizadas em nosso experimento não foram consideradas agramaticais, à despeito da intuição de Müller (2002, 2004, entre outros).

A fim de ratificar os nossos resultados, resolvemos realizar outro experimento com o objetivo de saber se os nominais nus podem de fato ocorrer em posição pré-verbal de sentenças episódicas e se o traço de [\pm animacidade] é relevante.

4.2 Resultados do Experimento 2

Os resultados obtidos no Experimento 2 são apresentados abaixo, nas Tabelas de (6) a (10) que estão organizadas da seguinte maneira: na primeira coluna encontram-se os rótulos das subdivisões do experimento 2, isto é, os rótulos 2α e 2β , que indicam qual subdivisão do experimento o informante executou; na segunda coluna, temos um número entre parênteses sucedido por uma sentença. O número representa o ordenamento que fizemos para, na análise dos resultados, nos referirmos a uma determinada sentença, enquanto a sentença é o estímulo que o informante ouviu; nas colunas de 1 a 13, encontramos os julgamentos dos informantes aos estímulos apresentados; por fim, na última coluna, temos a somatória dos valores atribuídos, divididos pelo número de informantes (13), que é a média dos valores. Válido lembrar que, em cada coluna

Nominais nus, tópico e foco: testando a aceitabilidade em sentenças episódicas

enumerada, existem dois julgamentos: o do informante que respondeu ao experimento 2α e o do informante que respondeu ao experimento 2β .

Tabela 6:

Sentenças-alvo		Valores atribuídos pelos informantes															Média
G1 - NNus topicalizados	[+ anim]	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13			
2 α	(1) GATO subiu no telhado	2	5	2	1	3	1	1	1	5	2	5	2	2			2,461
2 β	(2) MINHOCA cavou buraco	1	3	5	5	1	1	5	3	5	2	1	5	1			2,923
2 β	(1) MACACO subiu no galho	3	1	5	2	1	1	3	5	5	1	1	1	5			2,615
Média dos julgamentos sobre sentenças episódicas com NNus topicalizados [+anim] – Média G1																	2,666

Resultado dos julgamentos dos informantes do experimento 2; sentenças-alvo com proeminência prosódica [+ animadas]

Tabela 7:

G2 - NNus topicalizados	[- anim]	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13			
2 β	(3) BATATA rolou do saco	5	5	5	5	1	1	5	2	3	1	1	5	1			3,076
2 α	(4) GARRAFA rolou da mesa	2	5	3	2	3	1	5	2	5	5	5	2	2			3,230
2 α	(2) GELEIA pingou na roupa	2	5	3	1	2	3	1	1	1	5	5	1	2			2,461
Média dos julgamentos sobre sentenças episódicas com NNus topicalizados [-anim] – Média G2																	2,922

Resultado dos julgamentos dos informantes do experimento 2; sentenças-alvo com proeminência prosódica [- animadas]

Tabela 8:

G3 - Declarativa padrão com NNu	[+ anim]	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13			
2 α	(5) Macaco subiu no galho	1	5	2	2	3	1	1	1	1	2	1	5	1			2
2 β	(3) Gato subiu no telhado	1	1	3	2	5	1	3	3	3	1	5	1	1			2,307
2 α	(4) Minhoca cavou buraco	3	5	2	1	3	1	3	1	1	2	5	2	2			2,384
Média dos julgamentos sobre sentenças declarativas padrão com NNu [+ anim] – Média G3																	2,230

Nominais nus, tópico e foco: testando a aceitabilidade em sentenças episódicas
 Resultado dos julgamentos dos informantes do experimento 2; sentenças-alvo sem proeminência prosódica [+ animadas]

Tabela 9:

G4 - Declarativa padrão com NNU		[- anim]		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	
2β	(6) Geleia pingou na roupa			3	3	5	2	5	1	2	5	3	1	5	3	1	3
2α	(5) Batata rolou do saco			3	5	3	3	5	1	5	1	1	5	1	3	2	2,902
2β	(6) Garrafa rolou da mesa			5	3	3	1	5	5	3	3	3	1	5	1	1	3
Média dos julgamentos sobre sentenças declarativas padrão com NNus [- anim] – Média G4																	2,967

Resultado dos julgamentos dos informantes do experimento 2; sentenças-alvo sem proeminência prosódica [- animadas]

Tabela 10:

Sentenças distratoras			Valores atribuídos pelos informantes														Média
G5 - Naturais		[+ anim]	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13		
2α	(7) Paulo beijou Manoela		1	1	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,153
2β	(7) PAULO beijou Manoela		1	1	5	1	5	1	5	1	1	1	1	1	1	1	1,923
Média dos julgamentos sobre sentenças distratoras naturais – Média G5																	1,538
G6 - Não-naturais		[- anim]	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13		
2α	(8) BANANA comeu Joana		5	5	5	5	1	5	5	5	5	5	5	2	5		4,461
2β	(8) Banana comeu Joana		5	5	5	2	5	5	5	2	5	5	5	5	5		4,538
Média dos julgamentos sobre sentenças distratoras não-naturais – Média G6																	4,499

Resultado dos julgamentos dos informantes do experimento 2; sentenças distratoras com ou sem proeminência prosódica.

Os resultados estão distribuídos em 6 grupos: a seção dos valores atribuídos às sentenças com nominais nus [+ animados] topicalizados (G1 – Tabela 6); a seção dos valores atribuídos às sentenças com nominais nus [- animados] topicalizados (G2 – Tabela 7); a seção dos valores atribuídos às sentenças com nominais nus [+ animados], com curva entoacional padrão (G3 – Tabela 8); a seção dos valores atribuídos às sentenças com nominais nus [- animados], com curva entoacional padrão (G4 – Tabela 9); a seção das sentenças-controle naturais (G5 – Tabela 10) e a seção das sentenças controles não-naturais (G6 – Tabela 10).

4.2.1 Análise dos resultados do Experimento 2

Começamos a analisar as sentenças distratoras naturais (G5); esperaríamos que as sentenças 2α -(7) e 2β -(7) fossem julgadas naturais pelos informantes, isso é, algum valor próximo a 1, justamente porque elas foram incluídas no experimento para o controle das variáveis. Aparentemente, é o que acontece com as sentenças acima mencionadas. A média atribuída à sentença 2α -(7) é de 1,153, enquanto a média dos julgamentos atribuídas à sentença 2β -(7), embora um pouco alta, é de 1,923, isto é, ainda permanece próximo a 1.

Analizando, agora, as sentenças-controle não-naturais 2α -(8) e 2β -(8) – G6, esperaríamos que os valores atribuídos pelos informantes fossem próximo a 4 quase atingindo a 5. É justamente o que acontece nestas sentenças, cujas médias são respectivamente 4,461 e 4,538.

Assim, neste experimento, temos marcações claras do que é considerado natural e do que é não-natural.

Se olharmos para a média das sentenças não-naturais (G6) e compararmos com as médias dos grupos 1, 2, 3 e 4, confirmamos nossa hipótese de que os nominais nus são, aparentemente, naturais na posição de sujeito de sentenças episódicas do PB, a despeito da proposta de Müller (2002, 2004, dentre outros), reafirmando os resultados encontrados no experimento 1. Confronte, por exemplo, a maior média dos grupos 1, 2, 3 e 4 (a média da sentença 2α -(4)) que é de 3,230, com a menor média das sentenças não-naturais (a média da sentença 2α -(8)), somando 4,461.

Ao olharmos, agora para as sentenças-alvo numa comparação entre os traços de animacidade [\pm animado], notamos uma sutil diferença entre as sentenças do grupo 1 (G1) que contém nominais nus focalizados com o traço [+ animado], e sentenças cujo nominal nu focalizado contém o traço

[- animado], (G2). Essa diferença também se verifica quando comparamos as médias relativas às sentenças em que os nominais nus [+ animado] são veiculados com prosódia padrão (G3) e as sentenças em que os nominais nus [- animados] são veiculados com a mesma prosódia (G4). As sentenças do primeiro e do terceiro grupos apresentaram uma média de 2,666 e 2,230, respectivamente, enquanto que as do segundo e quarto grupos apresentaram uma média de 2,922 e 2,967, nessa ordem. Essas diferenças entre as médias podem nos fornecer indícios para sustentar a hipótese de que os nominais nus com o traço [+ animados] são considerados ligeiramente mais naturais do que nominais nus com o traço [- animado] em posição de sujeito de sentença episódica.

No que se refere à comparação de julgamentos de sentenças T/¬T (G1+G2 vs G3+G4), constatamos algumas diferenças de sentenças isoladas nos grupos 1 e 3 e também nos grupos 3 e 4. Curiosamente, os dados apresentaram o contrário do que esperávamos: enquanto as sentenças do grupo 1, 2 α -(2) e 2b-(1), apresentaram os valores 2,923 e 2,615, respectivamente, suas contrapartes veiculadas com prosódia neutra, as sentenças 2 β -(4) e 2 α -(2) apresentaram, nesta ordem, os valores 2,307 e 2,384, ou seja, as sentenças com prosódia padrão foram mais aceitas do que as sentenças com tópico prosódico, no nominal nu, à despeito do que esperávamos. Isso também se verifica ao compararmos os grupos 2 e 4; compare, por exemplo, as sentenças 2 α -(3) e 2 β -(5), cujas médias somaram respectivamente 3,076 e 2,902. Se compararmos, no entanto, as médias totais dos grupos 2 e 4, veremos que os resultados ficaram muito próximos de 3, impedindo-nos tanto de refutar quanto de ratificar nossa hipótese de que a prosódia contribui para a felicidade da sentença. Fica claro, no entanto, que os informantes não consideraram as sentenças com nominal nu ocupando a posição pré-verbal de predicado episódico como agramaticais. Pelo contrário, os informantes as julgaram tendendo à naturalidade.

4.3 Resultados do Experimento 3

Os resultados do Experimento 3 estão abaixo descritos nas Tabelas (12) e (13). A Tabela (12) focaliza os valores atribuídos pelos informantes aos estímulos, enquanto a Tabela (13) focaliza os informantes em detrimento dos estímulos, buscando uma avaliação do comportamento individual de cada informante.

A justificativa para focalizarmos dois aspectos do mesmo experimento é para termos uma visão mais clara dos dados obtidos.

A Tabela (12) está configurada da seguinte maneira: na primeira coluna estão os pares de estímulos e, nas colunas de ‘A’ a ‘N’, estão os valores de 1 a 4 atribuídos pelos informantes (Cf. a Tabela (11) abaixo). Já na Tabela (13), na vertical estão os pares de estímulos, enquanto na horizontal estão os julgamentos atribuídos pelos informantes. Os estímulos (nos pares) estão dispostos na ordem em que eles foram apresentados aos informantes.

Repetiremos abaixo, na Tabela (11), a legenda dos julgamentos para o Experimento 3, que é diferente da legenda dos julgamentos dos Experimentos 1 e 2:

Tabela 11:

Onde se lê	Significa
1	A primeira sentença é mais natural
2	A segunda sentença é mais natural
3	As duas sentenças são naturais
4	Nenhuma das duas sentenças é natural

Legenda dos valores atribuídos pelos informantes ao Experimento 3.

Necessário frisar que três dos 14 informantes (informantes F, G e H) foram incoerentes com o julgamento das sentenças-controle, isto é, não as julgaram de maneira consistente, atribuindo ora um valor para uma estrutura e ora outro valor para mesma estrutura. Assim, embora os dados destes informantes sejam aqui apresentados, não os levamos em consideração na análise final. Os resultados, no entanto, ainda sustentam a ideia de que não podemos considerar as sentenças com nominal nu na posição pré-verbal de predicados episódicos como agramaticais, mesmo se não contabilizarmos estes informantes no cálculo final.

Tabela 12:

Nominais nus, tópico e foco: testando a aceitabilidade em sentenças episódicas

Ordem	Estímulos	Avaliação dos Informantes													
		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N
Par 1	1. *BANANA _T comeu Mariana. 2. *Banana comeu Mariana	4	4	4	4	2	1	2	2	1	2	4	4	1	1
Par 2	1. *Banana comeu Joana. 2. *BANANA _T comeu Joana.	4	4	4	2	2	1	4	2	2	1	4	4	4	2
Par 3	1. PEDRO _T beijou Manuela. 2. Pedro beijou Manuela.	3	3	3	3	3	2	2	2	3	2	3	3	1	2
Par 4	1. PEDRO _T beijou Manuela. 2. PEDRO _T beijou Manuela.	3	3	3	3	3	4	4	3	3	3	3	3	4	3
Par 5	1. Paulo beijou Manuela. 2. PAULO _T beijou Manuela.	3	3	3	3	3	1	1	3	3	3	3	3	3	4
Par 6	1. Batata rolou do saco. 2. BATATA _T rolou do saco.	2	3	1	3	2	1	1	1	3	1	2	1	3	1
Par 7	1. BATATA _T rolou do saco. 2. BATATA _T rolou do saco.	3	3	3	4	2	3	4	4	2	2	3	3	1	4
Par 8	1. GARRAFA _T rolou da mesa. 2. Garrafa rolou da mesa.	1	3	1	4	1	1	2	2	3	2	2	2	3	2
Par 9	1. GATO _T subiu no telhado. 2. GATO _T subiu no telhado.	3	3	3	4	1	4	2	4	4	4	3	4	1	3
Par 10	1. GATO _T subiu no telhado. 2. Gato subiu no telhado.	3	3	3	4	1	2	2	2	2	2	1	2	3	2
Par 11	1. Gato subiu no telhado. 2. Gato subiu no telhado.	3	3	3	4	2	3	2	3	3	4	4	3	3	4
Par 12	1. GELEIA _T rolou da mesa. 2. GELEIA _T rolou da mesa.	3	3	3	3	2	3	4	4	3	2	3	3	4	4
Par 13	1. Geleia pingou na roupa. 2. GELEIA _T pingou na roupa.	3	3	3	1	2	1	4	2	1	1	2	2	3	1

Par 14	1. Geleia pingou na roupa. 2. Geleia pingou na roupa.	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	4	3	3	3
Par 15	1. MACACO _T subiu no galho. 2. Macaco subiu no galho.	3	3	3	4	2	1	2	2	2	2	1	1	1	1
Par 16	1. MACACO _T subiu no galho. 2. MACACO _T subiu no galho.	3	3	3	2	1	3	4	4	4	4	3	3	3	4
Par 17	1. Macaco subiu no galho. 2. Macaco subiu no galho.	3	3	3	3	2	3	4	4	3	1	4	3	3	3
Par 18	1. MINHOCA _T cavou buraco. 2. MINHOCA _T cavou buraco.	3	3	1	3	3	3	4	4	3	4	3	4	1	3
Par 19	1. Minhoca cavou buraco. 2. MINHOCA _T cavou buraco.	2	3	3	2	1	1	1	1	3	1	2	2	3	1
Par 20	1. Minhoca cavou buraco. 2. Minhoca cavou buraco.	3	3	3	4	2	3	4	4	3	3	4	3	3	3

Valores atribuídos pelos informantes no Experimento 3. Foco nos estímulos.

Tabela 13:

		Estímulos																																							
I n f o r m a n t e s		Par 1		Par 2		Par 3		Par 4		Par 5		Par 6		Par 7		Par 8		Par 9		Par 10		Par 11		Par 12		Par 13		Par 14		Par 15		Par 16		Par 17		Par 18		Par 19		Par 20	
	A	B	C	D	E	F	G	H	A	B	C	D	E	F	G	H	A	B	C	D	E	F	G	H	A	B	C	D	E	F	G	H	A	B	C	D	E	F	G	H	
		4	4	4	4	2	1	2	4	4	4	4	2	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	4	4	3	3	3	4	2	4	4	4	4	3	3	3	3	2	1	4
		4	4	4	2	2	1	2	1	4	4	3	2	1	4	2	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	2	1	4	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3
		4	4	4	4	2	1	2	1	3	4	3	2	1	3	2	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	4	2	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3
		4	4	4	2	2	1	2	1	3	4	3	2	1	3	2	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	4	2	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3
		4	4	4	2	2	1	2	1	3	4	3	2	1	3	2	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	4	2	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3
		4	4	4	2	2	1	2	1	3	4	3	2	1	3	2	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	4	2	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3
		4	4	4	2	2	1	2	1	3	4	3	2	1	3	2	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	4	2	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3
		4	4	4	2	2	1	2	1	3	4	3	2	1	3	2	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	4	2	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3
		4	4	4	2	2	1	2	1	3	4	3	2	1	3	2	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	4	2	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3
		4	4	4	2	2	1	2	1	3	4	3	2	1	3	2	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	4	2	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3
		4	4	4	2	2	1	2	1	3	4	3	2	1	3	2	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	4	2	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3
		4	4	4	2	2	1	2	1	3	4	3	2	1	3	2	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	4	2	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3
		4	4	4	2	2	1	2	1	3	4	3	2	1	3	2	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	4	2	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3
		4	4	4	2	2	1	2	1	3	4	3	2	1	3	2	3	3	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	4	2	4	4	4	3	3	3	3	3	3	3	3
		4	4	4	2	2	1	2	1																																

I	1	2	3	3	3	3	2	3	4	2	3	3	1	3	2	4	3	3	3	3
J	2	1	2	3	3	1	2	2	4	2	4	2	1	3	2	4	1	4	1	3
K	4	4	3	3	3	2	3	2	3	1	4	3	2	4	1	3	4	3	2	4
L	4	4	3	3	3	1	3	2	4	2	3	3	2	3	1	3	3	4	2	3
M	1	4	1	4	3	3	1	3	1	3	3	4	3	3	1	3	3	1	3	3
N	1	2	2	3	4	1	4	2	3	2	4	4	1	3	1	4	3	3	1	3

Valores atribuídos pelos informantes no Experimento 3. Foco nos informantes.

4.3.1 Análise dos resultados do Experimento 3, tabela (12).

Cada informante, das 20 sentenças ouvidas, a rigor efetuou dois julgamentos em cada par; ora ambos os julgamentos foram expressos, ora elididos. Exemplificando: caso o falante tenha atribuído o valor 3 ou 4 a qualquer um dos pares, há aí dois julgamentos expressos: o de que ambas as sentenças são naturais ou o de que ambas as sentenças não são naturais. Já no caso de o informante haver atribuído os valores 1 e 2 para qualquer um dos pares, há expresso, somente, um julgamento (pelo qual podemos inferir o segundo). Ou o informante julgou que a primeira sentença é natural ou que a segunda sentença é natural. Nesse sentido, quanto menos julgamentos expressos houver, maior é o número de tomada de decisões ou de julgamentos para uma única sentença.

Assim, das 28 comparações realizadas no par 1 T/¬T(isto é, o número de informantes (14) multiplicado pelo número de julgamentos efetivos (2)), que são sentenças-controle, esperávamos ter um número maior de julgamentos menos naturais nos dois proferimentos. Quatro informantes consideraram a primeira sentença natural e dez consideraram a primeira sentença menos natural, ao passo que quatro consideraram a segunda sentença mais natural e dez a consideraram não-natural, havendo, portanto, um empate no valor dos julgamentos, no que concerne às suas diferenças na estrutura informacional. De uma forma geral, o par 1 foi considerado não-natural, confirmando nossas expectativas e os informantes, aparentemente, não foram sensíveis à curva prosódica de tópico.

No par 2, ¬T/T, sentenças-controle, que esperaríamos que os informantes considerassem menos naturais, dos 21 julgamentos expressos, sete consideraram a primeira sentença menos natural que a segunda e dois a consideraram mais natural que a segunda. Já no que concerne ao julgamento da segunda sentença, sete a consideraram menos natural que a primeira, enquanto cinco a consideraram mais natural que a primeira. Isso quer dizer que, aparentemente, a sentença com tópico foi julgada mais natural do que a sentença sem tópico – porque, como já dissemos, os falantes devem estar interpretando ‘banana’ como argumento interno de ‘comeu’, movido para uma posição não-argumental. No entanto, para a maioria dos informantes, ambas as sentenças não são naturais, confirmando nossas expectativas.

No par 3, T/¬T, sentenças-controle natural, no qual esperaríamos que os informantes considerassem ambas as sentenças do par naturais, dos 22 julgamentos expressos, 9 consideraram a primeira sentença mais

natural e 13 consideraram a segunda mais natural. Independentemente da prosódia utilizada, os informantes confirmaram nossa expectativa.

No par 4, T/T, sentenças-controle natural, para as quais esperaríamos que os informantes confirmassem sua naturalidade, dos 24 julgamentos expressos, 22 julgamentos consideraram as duas sentenças naturais e 3 as consideraram menos naturais, confirmando nossas expectativas.

No par 5, -T/T, sentença-controle natural, para a qual o julgamento esperado seria a confirmação de naturalidade, das 25 apreciações, 13 consideraram a primeira sentença mais natural e uma a considerou menos natural, enquanto para a segunda sentença 11 julgamentos a consideraram mais natural, conforme o esperado.

No par 6, -T/T, sentenças-alvo que exibiam um nominal nu na posição de sujeito de um predicado episódico, e para as quais se esperaria que os informantes considerassem a segunda sentença mais natural que a primeira, dos 18 julgamentos expressos, 11 consideraram a primeira sentença como mais natural e sete consideraram a segunda sentença também como mais natural, o que contraria nossas expectativas.

No par 7, T/T, sentenças distratoras, caso em que esperaríamos que ambas as sentenças fossem consideradas menos naturais, dos 20 julgamentos expressos, sete consideraram a primeira sentença mais natural, nove consideraram a segunda sentença mais natural e quatro informantes julgaram as duas sentenças como menos naturais, conforme o esperado.

No par 8, T/-T, sentenças-alvo cuja expectativa de julgamento era de que a primeira sentença fosse considerada mais natural que a segunda, os informantes exprimiram 17 julgamentos: sete considerando a primeira sentença como mais natural, nove considerando a segunda sentença como mais natural e um considerando as duas sentenças como menos naturais. Os julgamentos dos pares 8 contrariaram nossas expectativas.

No par 9, T/T, sentenças distratoras, caso em que esperaríamos que os informantes julgassem as duas sentenças da mesma forma, 19 julgamentos foram expressos: sete considerando a primeira sentença como mais natural, seis considerando a segunda sentença como mais natural e seis considerando ambas as sentenças menos naturais. A expectativa, nesse caso, foi confirmada.

No par 10, T/-T, sentença-alvo, esperaríamos que os informantes considerassem a primeira sentença como mais natural em desfavor da segunda. Obtivemos 17 julgamentos expressos, dos quais: seis

consideraram a primeira sentença mais natural, dez consideraram a segunda sentença mais natural e um julgamento considerou as duas sentenças como menos naturais. Os resultados obtidos no par 10 se comportaram exatamente de forma contrária às nossas expectativas, isto é, os falantes consideraram a segunda sentença (sem tópico) mais natural que a primeira.

No par 11, $\neg T/\neg T$, sentenças distratoras, que supostamente os informantes julgariam da mesma forma, obtivemos 23 julgamentos expressos: oito consideraram a primeira sentença mais natural; dez consideraram a segunda sentença mais natural e quatro consideraram as duas sentenças não-naturais. Os informantes confirmaram o esperado: julgaram as sentenças da mesma forma.

No par 12, T/T , sentenças distratoras, para as quais a expectativa era de que os informantes julgassem as duas da mesma forma, obtivemos também 23 julgamentos: oito consideraram a primeira sentença como mais natural que a segunda; dez consideraram a segunda sentença como mais natural que a primeira e quatro julgaram ambas as sentenças como não-naturais. Os informantes confirmaram nossa expectativa.

No par 13, $\neg T/T$, sentenças-alvo, para as quais a expectativa era a de que os informante julgassem a segunda sentença como natural em desfavor da primeira, obtivemos 16 considerações: oito julgaram a primeira sentença como natural; sete julgaram a segunda sentença como natural e um julgou as duas sentenças como não-naturais. Nossa expectativa não foi confirmada.

No par 14, $\neg T/\neg T$, sentenças distratoras, caso em que esperaríamos que os informantes as julgassem da mesma forma, obtivemos 27 julgamentos: treze julgaram a primeira sentença como mais natural que a segunda, treze julgaram a segunda sentença como natural que a primeira e um dos julgamentos considerou as duas sentenças como não-naturais. Embora as sentenças do par 14 fossem consideradas distratoras, interessante notar que os índices de aceitação desta sentença foram relativamente altos. Os informantes, além de confirmarem nossas expectativas, julgaram as sentenças do par 14 como muito naturais.

No par 15, $T/\neg T$, sentenças-alvo, esperaríamos que os informantes considerassem a primeira sentença mais natural, em comparação com a segunda. Obtivemos 17 julgamentos expressos, dos quais, oito consideraram a primeira sentença mais natural, oito consideraram a segunda sentença mais natural e um dos julgamentos considerou as duas sentenças como não-naturais. Os resultados não confirmaram nossa predição.

No par 16, T/T, sentenças distratoras para as quais a expectativa era a de que os informantes atribuísem o mesmo juízo, obtivemos 21 julgamentos. Destes, oito consideraram a primeira sentença como mais natural que a segunda, oito consideraram a segunda sentença como mais natural que a primeira e cinco julgaram as duas sentenças como não-naturais, exatamente como esperávamos.

No par 17, $\neg T/\neg T$, sentenças distratoras, caso em que esperaríamos que os informantes as ponderassem da mesma forma, obtivemos 23 julgamentos: dez consideraram a primeira sentença mais natural que a segunda; dez consideraram a segunda sentença mais natural que a primeira e três consideraram as duas sentenças como não-naturais, confirmando nossas expectativas.

No par 18, T/T, sentenças distratoras, esperaríamos que os informantes julgassem iguais as duas sentenças. Obtivemos 21 julgamentos, dos quais dez consideraram a primeira sentença como mais natural que a segunda, oito consideraram a segunda sentença como mais natural que a primeira e quatro julgaram as duas sentenças como não-naturais. Necessário frisar que além de os informantes terem confirmado nossas expectativas, eles, em sua maioria, consideraram as sentenças, de forma geral, naturais.

No par 19, $\neg T/T$, sentenças-alvo, para as quais a expectativa seria a de que a segunda sentença fosse considerada mais natural, em detrimento da primeira, obtivemos 18 julgamentos: dez considerando a primeira como mais natural que a segunda e oito considerando a segunda como mais natural que a primeira. Embora tenha havido dois julgamentos a mais para a segunda sentença, a diferença de julgamentos é muito pequena para afirmarmos que houve confirmação ou não das nossas expectativas.

Por fim, no par 20, $\neg T/\neg T$, sentenças distratoras, esperaríamos que os informantes julgassem as duas sentenças da mesma forma. Obtivemos 28 julgamentos: dez considerando a primeira sentença como mais natural que a segunda, nove considerando a segunda sentença como mais natural que a primeira e quatro considerando as duas sentenças não-naturais. Os resultados ficaram muito próximos daquilo que havíamos esperado.

De uma forma geral, no que concerne às sentenças-controle não-naturais e naturais, os informantes confirmaram nossas expectativas, isso é, julgaram as sentenças que supúnhamos serem não-naturais como não-naturais e as sentenças que supúnhamos serem naturais como naturais.

Obtivemos, pois, um padrão de marcação para podermos avaliar as nossas sentenças-alvo.

No que diz respeito às sentenças distratoras T/T, os informantes se comportaram como o esperado, ou seja, julgaram ambas as sentenças do par da mesma forma (e, de uma forma geral, naturais). Também observamos este comportamento nas sentenças distratoras $\neg T/\neg T$, para as quais o julgamento dos informantes foi basicamente o mesmo para cada estímulo do par – curiosamente, também tendendo à naturalidade.

Já no tocante às sentenças-alvo com a estrutura $\neg T/T$, houve, no par 6, um dado contrário às nossas expectativas (de que a segunda sentença seria julgada mais natural que a primeira) e dois dados que julgaram as duas sentenças com tópico e sem tópico da mesma forma. Isso significa que a sentença é natural com ou sem marcação prosódica, o que vai, mais uma vez, contra a proposta de Müller (2002) e, de certa forma, não confirma a hipótese de que é a curva entoacional que está resgatando a sentença.

Quanto às sentenças-alvo com estrutura T/ $\neg T$, também um dado contrariou nossas expectativas, julgando a segunda sentença como mais natural que a primeira; além disso, nos dois outros dados os informantes julgaram as duas sentenças dos pares basicamente da mesma forma: naturais. Mais uma vez, este experimento mostra de forma clara que sentenças com nominal nu na posição de sujeito de predicados episódicos com leitura existencial são naturais no PB, contrariando as expectativas de Müller.

4.3.2 Resultado do Experimento 3, tabela (13)

4.3.2.1 Informante A:

Nas sentenças agramaticais, houve coerência nos julgamentos: ele atribuiu sempre o valor “nenhuma das duas é natural” (Cf. pares 1 e 2); também para as sentenças muito naturais (pares de 1 a 3), o informante demonstrou coerência ao atribuir o valor “todas as duas são naturais” para as 3 sentenças, independentemente do foco prosódico; já para o par $\neg T/T$, o informante deu 3 julgamentos: 2 foram considerando as sentenças marcadas com tópico como boas e 1 considerando as duas sentenças como boas. Parece não haver diferença entre [+ animacidade] e [- animacidade], haja vista a marcação de “a segunda sentença é mais natural” seja para o par 6 e 13 que possuem o traço [- animado], seja para o par 19 que apresenta o traço [+ animado]; no que se refere ao par T/T (pares 7, 12 e 16), também parece ter havido coerência, dado que o

informante atribuiu o valor “as duas sentenças são naturais” para todas as sentenças, também indiferente ao traço de animacidade (cf. os valores atribuídos aos pares 7 e 9, por exemplo); já para o par T/¬T, das três ocorrências, o informante atribuiu o valor “as duas sentenças são naturais” para os pares 10 e 15, enquanto para o par 8, atribuiu o valor “a primeira sentença é mais natural”, o que era o julgamento que esperávamos; por fim, para o par ¬T/¬T, o informante atribuiu o julgamento “as duas sentenças são naturais” para as três ocorrências de sentenças com a estrutura ¬T/¬T (Cf. pares 11, 14, 17 e 20); o informante considerou as sentenças-alvo naturais, mas no tocante à estrutura informacional, parece não ter sido sensível às diferenças.

4.3.2.2 Informante B

Demonstrou coerência no julgamento das sentenças agramaticais (pares 1 e 2) e coerência nas sentenças muito naturais (pares de 3 a 5); Para as sentenças agramaticais, o informante atribuiu o valor “as duas sentenças não são naturais” para as duas ocorrências, enquanto nas sentenças muito naturais, o informante atribuiu o valor 3 (as duas sentenças são naturais) para as três ocorrências; para as estruturas ¬T/T (pares 6, 13 e 19), o informante atribuiu o valor “as duas sentenças são naturais” para as três ocorrências, não atentando (aparentemente) para o traço de animacidade; para a estrutura T/T, foi atribuído o valor “as duas sentenças são naturais” para todas as ocorrências da estrutura (pares 7, 9, 12, 16 e 18); para a estrutura T/¬T (pares 8, 10 e 15), para as três ocorrências, o informante atribuiu o julgamento de que ambas as sentenças são naturais; para a estrutura ¬T/¬T (pares 11, 14, 17 e 20), o informante atribuiu os valores “as duas sentenças são naturais” para todas as ocorrências; o informante julgou as sentenças-alvo como naturais, mas aparentemente não foi sensível à prosódia das sentenças.

4.3.2.3 Informante C

Demonstrou coerência no julgamento das sentenças agramaticais (pares 1 e 2) e nas sentenças muito naturais (pares de 3 a 5); atribuiu os valores “as duas sentenças não são naturais” para os pares 1 e 2 e “as duas sentenças são naturais” para os pares de 3 a 5, conforme era o esperado; já para as estruturas ¬T/T (pares 6, 13 e 19), o sujeito assinalou “as duas sentenças são naturais” para dois pares de sentenças (13 e 19) e “a primeira sentença é natural”, para o par de sentenças 6; nas estruturas T/T

(pares 7, 9, 12, 16 e 18), de cinco pares de sentença, apenas um (par 18) foi assinalado como “a primeira sentença é mais natural”, as demais foram marcadas como sendo ambas as sentenças naturais (valor 3); nos pares T/¬T (pares 8, 10 e 15), o sujeito assinalou dois pares como sendo ambas as sentenças naturais (pares 10 e 15) e uma como apenas a primeira sentença é natural (par 8); por fim, para a estrutura ¬T/¬T (pares 11, 14, 17 e 20) o sujeito fez o seguinte julgamento: “as duas sentenças são naturais” para as quatro ocorrências da estrutura.

4.3.2.4 Informante D

Nos pares de sentenças agramaticais (1 e 2), o informante marcou respectivamente “as duas sentenças não são naturais” e “a segunda sentença é natural”; nos pares de sentenças muito naturais (de 3 a 5), atribuiu o valor “as duas sentenças são naturais” para todas as ocorrências. Já para as estruturas ¬T/T (pares 6, 13 e 19), para cada uma das três ocorrências o informante atribuiu um valor diferente; no que se refere à estrutura T/T (pares 7, 9, 12, 16 e 18), o sujeito oscilou também entre os seus julgamentos: para os pares 7 e 9, atribuiu o julgamento de que nenhuma das duas sentenças é natural; para os pares 12 e 18 o julgamento atribuído foi o de que as duas sentenças são naturais; nos pares T/¬T (pares 8, 10 e 15), para as três ocorrências, o informante atribuiu o mesmo valor: as duas sentenças não são naturais; nas estruturas ¬T/¬T (pares 11, 14, 17 e 20), das quatro ocorrências, dois pares foram marcados como se nenhuma das sentenças fosse boa (pares 11 e 20), enquanto nas outras duas ocorrências (pares 14 e 17) o informante julgou as sentenças dos pares como todas as duas sendo naturais.

4.3.2.5 Informante E

Para os pares 1 e 2, as sentenças agramaticais foram marcadas como “a segunda sentença é mais natural”, mas estes julgamentos se mostram incoerentes à medida que encontramos a seguinte estrutura: par 1, T/¬T; par 2 ¬T/T, ou seja, o informante considerou todas as duas últimas sentenças como naturais, sem atentar para a diferença prosódica entre elas; nos pares 3, 4 e 5, sentenças por nós consideradas muito naturais, o informante julgou todas as sentenças dos três pares como naturais; para as estruturas ¬T/T (pares 6, 13 e 19), o informante atribuiu o julgamento “a segunda sentença é mais natural” para os pares 6 e 3, e “a primeira sentença é mais natural” para o par 19, refutando assim, nossas expectativas; nas estruturas T/T (pares 7, 9 12, 16 e 18) o informante atribuiu os valores “a segunda sentença é mais natural” para os pares 7 e

12, enquanto para os pares 9 e 16, ele considerou a primeira sentença como mais natural, ao passo que no par 18, ambas as sentenças foram consideradas naturais. Aparentemente, o informante não notou diferença entre os nominais nus [+ animados] e [- animados], uma vez que considerou tanto um quanto outro como naturais.

4.3.2.6 Informante F

Nos pares agramaticais de sentenças-controle (1 e 2), o informante F marcou os seguintes valores: “a primeira sentença é mais natural”. O problema é que a primeira sentença do primeiro par contém a estrutura T/¬T, enquanto a segunda possui a estrutura ¬T/T, indicando assim que ou o informante não foi consistente em suas análises neste primeiro momento ou que ele não é sensível à estrutura informacional da sentença. Nos pares de sentenças-controle gramaticais (3, 4 e 5), o falante indicou uma preferência pelas sentenças sem proeminência de tópico em detrimento das sentenças topicalizadas; isso acontece também nos pares T/¬T, onde o informante marcou a primeira sentença como natural, em detrimento da segunda, independentemente do traço que o nominal nu recebia; para o par de sentenças-distratoras T/T, o informante as julgou de maneiras iguais, isto é, atribui o valor “as duas sentenças são naturais” independentemente do traço subjacente ao nominal nu; já nos pares de sentença-alvo T/¬T, para dois pares o informante atribuiu o valor “a primeira sentença é mais natural”, enquanto para o outro par considerou a segunda sentença como mais natural, parecendo, também, não ser sensível ao traço que o nominal nu recebia; nos pares de sentenças-distratoras ¬T/¬T, o informante agiu como o esperado, atribuindo para todas as sentenças o mesmo valor: “as duas sentenças são naturais”, independentemente do traço que o nominal recebia.

4.3.2.7 Informante G

Nos pares de sentenças-controle agramaticais, o informante se mostrou inconsistente, atribuindo o julgamento “a segunda sentença é natural” para a primeira sentença (T/¬T) e em seguida atribuindo o julgamento “as duas sentenças não são naturais” para o segundo par que continha a estrutura ¬T/T; já para as sentenças-controle naturais, o informante se mostrou coerente ao julgar todas as sentenças sem tópico como naturais em detrimento das sentenças topicalizadas, julgadas não-naturais; no que concerne às sentenças-alvo ¬T/T, houve uma leve

tendência a marcar como mais naturais as sentenças não topicalizadas, mas aparentemente não houve contraste entre nominais nus com o traço [-animado] e [+animado]. Apenas em um dos três pares o informante considerou as duas sentenças como não-naturais; nos pares de sentenças distratoras T/T houve uma tendência a considerá-las como não naturais. Em apenas um dos cinco pares o informante considerou a segunda sentença do par como não-natural. Parece não ter notado contraste entre o traço [\pm animado] dos nominais nus; nos pares de sentença-alvo T/ \neg T, o informante considerou a segunda sentença de todos os pares como mais natural, em desfavor às primeiras sentenças de cada par, aparentemente insensível ao traço [\pm animado] dos nominais nus; por fim, nos pares de sentença distratoras \neg T/ \neg T, dos três pares, em dois o informante julgou as duas sentenças como não-naturais, enquanto em um dos três pares ele julgou a segunda sentença como natural, também insensível ao traço [\pm animado] subjacente ao nominal nu.

4.3.2.8 Informante H

Nos pares de sentenças-controle não-naturais o informante se mostrou incoerente, ao marcar ambos os pares de sentenças com “a segunda sentença é mais natural”, pois a segunda sentença do par 1 tem a estrutura \neg T, enquanto a segunda sentença do segundo par tem a estrutura T; o esperado seria considerar todas as sentenças destes dois pares como não-naturais; para as sentenças-controle naturais, dos três pares, o informante considerou as sentenças de dois pares como naturais e na outra sentença marcou a segunda sentença como natural; para os pares de sentenças-alvo \neg T/T, das três ocorrências, em duas dela o informante considerou a primeira sentença como natural em detrimento às segundas sentenças e, no outro par, ele considerou a segunda sentença como natural em detrimento à primeira, independentemente do traço subjacente ao nominal nu; nos pares de sentenças-distratoras T/T, o esperado seria que o informante julgasse as duas sentenças da mesma forma, e assim foi feito: o informante considerou todas as ocorrências como não-natural; nos pares de sentença-alvo T/ \neg T, o informante foi consistente e atribuiu o julgamento “a segunda sentença é natural” para todas as ocorrências; por fim, para as sentenças-distratoras \neg T/ \neg T, o informante atribuiu para duas das quatro ocorrências o valor “as duas sentenças são naturais” e para duas ocorrências “nenhuma das duas é natural”, demonstrando haver aí uma inconsistência nos julgamentos. Não houve, aparentemente, contraste entre nominais nus com o traço [+animado] e [-animado].

4.3.2.9 Informante I

Nos pares de sentença-controle não-naturais, o informante preferiu as sentenças com incidência de tópico sobre o sujeito, mesmo que o esperado fosse que ele considerasse as sentenças como agramaticais. Uma (provável) justificativa para isso é o informante ter tomado ‘banana’ como o argumento interno do verbo ‘comer’ deslocado à esquerda; para as sentenças-controle naturais, o informante as considerou todas naturais, como esperado; nos pares de sentenças-alvo $\neg T/T$, para uma das três ocorrências, o informante preferiu a sentença não topicalizada, enquanto nas outras ocorrências o informante julgou todas as sentenças como naturais, indiferente aos traços de animacidade; nos pares de sentença distratoras T/T , o informante teve um comportamento assistemático: para dois dos cinco pares atribuiu o julgamento “nenhuma das duas é natural”, para outros dois atribuiu o julgamento “as duas sentenças são naturais” e para um par “a segunda sentença é natural”, sem um fio que conduza a um raciocínio do porquê ele ter julgado as sentenças desse modo. Não houve sensibilidade nem ao acento prosódico e nem ao traço de animacidade; para as sentenças-alvo $T/\neg T$, houve uma preferência por parte do informante em considerar a segunda sentença, sem tópico, como natural em dois dos três pares, enquanto no outro par, o informante considerou as duas sentenças como naturais; por fim, nos pares de sentença-distratoras $\neg T/\neg T$, o informante marcou todas as sentenças dos três pares como naturais, contrariando nossas expectativas. Não houve, também, sensibilidade ao traço de animacidade.

4.3.2.10 Informante J

Nas sentenças-controle não-naturais, o informante preferiu as sentenças sem proeminência prosódica, enquanto nos pares de sentenças-controle naturais, o informante considerou em dois pares todas as sentenças naturais, conforme o esperado, e em um par preferiu a sentença sem proeminência prosódica; nos pares de sentença-alvo $\neg T/T$, o informante também preferiu as sentenças sem proeminência prosódica, independentemente do traço de animacidade do nominal nu; nos pares de sentenças-distratoras T/T , em três dos cinco pares o informante julgou todas as sentenças como não-naturais; em contrapartida, nos dois outros pares, o informante preferiu as segundas sentenças. Curiosamente, os três pares considerados não-naturais são os pares com o traço [+animado], enquanto os outros dois pares, em que as duas últimas sentenças foram

consideradas mais naturais, o traço subjacente ao nominal nu era [-animado]; nos três pares de sentença T/¬T, o informante considerou as sentenças sem proeminência prosódica como naturais, independentemente do traço dos nominais nus; nos pares ¬T/¬T ele foi assistemático no julgamento: dos quatro pares, em dois considerou as duas sentenças naturais, em um considerou a primeira sentença como natural e no outro considerou as duas sentenças como não-naturais, não demonstrando sensibilidade ao traço de animacidade;

4.3.2.11 Informante K

Nas sentenças-controle não-naturais e naturais, o informante agiu conforme esperado por nós: julgou os dois primeiros pares como as duas sentenças sendo não-naturais e considerou todas as sentenças dos pares 3, 4 e 5 como naturais; nos pares de sentença-alvo ¬T/T, o informante preferiu as sentenças com proeminência prosódica, isto é, as considerou naturais; nos pares de sentenças distratoras T/T, o informante também agiu como esperado: julgou todas as sentenças da mesma forma, a saber, todas naturais; nos pares de sentenças-alvo T/¬T, em dois dos três pares o informante considerou a sentença com proeminência prosódica natural, ao passo que, no outro par, considerou a sentença sem tópico como natural; interessante notar que nos dois pares em que a sentença com tópico foi preferida, o traço subjacente ao nominal nu era [+animado], enquanto no outro par o traço era [-animado]; nos pares de sentença distratoras ¬T/¬T, o informante considerou todas as sentenças como não-naturais.

4.3.2.12 Informante L

Nos pares de sentenças-controle, o informante agiu como o esperado: considerou as sentenças não-naturais como não-naturais e as sentenças naturais como naturais; nos três pares de sentença-alvo ¬T/T, o informante julgou “a segunda sentença é natural” para dois pares (que continham o traço [+animado] enquanto para um dos pares ele preferiu a sentença não topicalizada, justamente a sentença com o traço [-animado]; nos cinco pares de sentença distratoras T/T, o informante considerou “as duas sentenças como naturais” em três pares e, em dois, “as duas sentenças não são naturais”; nas sentenças T/¬T, dos três pares, em dois, o informante preferiu a sentença sem tópico, enquanto, no outro par, preferiu a sentença com tópico, indiferente ao traço de animacidade subjacente; nos pares de sentenças ¬T/¬T, o informante considerou todas as sentenças como naturais, independentemente do traço de animacidade subjacente.

4.3.2.13 Informante M

Não houve sistematicidade no julgamento das sentenças controle, sejam elas naturais ou não-naturais; nos pares de sentenças não-naturais, o informante considerou, em um par, a sentença com tópico natural e, no outro par, as duas sentenças como não-naturais; já nas sentenças naturais, dos três pares, em um o informante considerou as duas sentenças como naturais, em outro o informante considerou as duas sentenças como não-naturais e em outro par, ainda, o informante considerou a primeira sentença, com tópico, como natural; nos pares de sentenças-alvo $\neg T/T$, o informante considerou todas as sentenças como naturais; nos pares de sentenças distratoras T/T , em apenas dois pares o informante agiu como o esperado: julgando ambas as sentenças da mesma forma; nos demais considerou a primeira sentença como natural, independentemente do traço subjacente ao nominal nu; nos pares de sentença $T/\neg T$, dos três pares, em dois o informante considerou ambas as sentenças como naturais, enquanto no outro par ele preferiu a sentença com tópico; nos pares de sentenças distratoras $\neg T/\neg T$, o informante considerou todas as sentenças como naturais, independentemente do traço de animacidade do nominal nu.

4.3.2.14 Informante N

Nas sentenças-controle não-naturais, o informante julgou as sentenças com tópico prosódico naturais, em detrimento das sem tópico; já nos pares de sentenças-controle naturais, em um par, considerou todas as sentenças como não-naturais, em outro par, considerou as duas sentenças como naturais e, em outro par, considerou a segunda sentença (sem tópico) como natural; nos pares de sentença-alvo $\neg T/T$ o informante preferiu as sentenças sem proeminência prosódica, independentemente do traço de animacidade do nominal nu; nos pares de sentenças distratoras T/T , dos cinco pares, em três o informante considerou todas as sentenças como não-naturais e três dos pares como todas as sentenças naturais. É interessante notar que as sentenças com o traço [- animado] foram todas consideradas não naturais; nos pares $T/\neg T$, dos três pares, em dois o informante considerou as sentenças sem tópico como mais naturais, enquanto no outro par foi justamente o contrário, a sentença sem tópico foi julgada natural em detrimento da sentença com tópico; quanto às sentenças distratoras $\neg T/\neg T$, os informantes julgaram três dos quatro

pares com “as duas sentenças são naturais” e num dos pares, “as duas sentenças não são naturais”, independentemente do traço de animacidade do nominal nu.

4.3.3 Análise Geral dos resultados do Experimento 3

Assim como nos demais experimentos, os informantes do experimento 3 julgaram, de uma forma geral, as sentenças controle não-naturais como não-naturais e as sentenças controles naturais, como naturais, conforme o esperado.

Novamente não conseguimos sustentar nossa hipótese de que a estrutura informacional contribui para a felicidade de sentenças com nominais nus sujeitos de um predicado episódico, porque os falantes parecem não estar atentando para essa propriedade. De qualquer forma, também não é possível sustentar a proposta de Müller (2004) de que os nominais nus em posição de sujeito de predicado episódico são agramaticais, pelo contrário, o experimento refuta esta ideia (confronte, por exemplo, os julgamentos dos pares 1 e 2, que os falantes consideraram não-naturais, com o dos pares 6 e 8, cujos julgamentos, mesmo que não tenham confirmado nossas hipóteses, inclinaram-se para uma interpretação de naturalidade destas sentenças). Esses resultados corroboram a ideia de que, de fato, o conceito de gramaticalidade, nesse caso, não se aplica. Eles nos dão indícios de que se há algum problema com as sentenças-alvo, esse problema é de cunho contextual, não de ordem da gramática da língua. As sentenças alvos são gramaticais e aceitáveis mesmo sem proeminência prosódica, o que sustenta a proposta de Pires de Oliveira e Rothstein (2012).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os nossos experimentos, de uma forma geral sustentaram que, ao contrário do que esperávamos, a curva prosódica não parece ser um mecanismo para salvar a interpretação da sentença, uma vez que as sentenças-alvo foram julgadas como gramaticais e aceitáveis independente da curva de tópico. Os informantes, nos três experimentos, agiram de modo semelhante, no tocante às sentenças-controle. Tanto para as sentenças não-naturais, como para sentenças naturais, os julgamentos, de uma forma geral, foram exatamente da forma como esperávamos, isto é, os informantes consideraram as sentenças não-naturais como não-naturais e as sentenças naturais, por sua vez, como naturais. Isso significa que os dados obtidos para as sentenças-alvo não foram aleatórios.

No que se refere à nossa hipótese de que a entonação contribuiria para a felicidade da sentença em que um nominal nu estivesse na posição de sujeito de um predicado episódico, ela não se manteve, ao menos para a prosódia de tópico. No primeiro experimento, encontramos uma diferença sutil entre as médias de sentenças com tópico e sem tópico prosódico, sobretudo nas sentenças em que o nominal nu possuía o traço [+ animado]. Essa diferença, contudo, não nos dá segurança para afirmar que a nossa hipótese se confirma; já no segundo e no terceiro experimentos, porém, podemos dizer que nossa hipótese é, inclusive, refutada, uma vez que os informantes julgaram melhores as sentenças sem foco prosódico do que as sentenças com foco prosódico, contrariando assim a nossa expectativa. Quanto a isso, elaboramos algumas hipóteses que podem explicar o comportamento dos informantes.

A primeira seria a de que eles estariam, de alguma forma, interpretando a sentença sem foco como se estivesse com foco prosódico, porque segundo a literatura específica, isso é possível: os falantes interpretarem sentenças adicionando uma curva prosódica onde não há uma para resguardar as condições de felicidade da sentença, de acordo com a hipótese da prosódia implícita de Fodor (1998; 2005).

Uma outra hipótese nossa (e aqui fazemos o *mea culpa*) é que talvez tenha sido por conta da falta de um padrão entoacional para as nossas sentenças com foco prosódico (cf. seção 2.1.3) que os informantes julgaram, de uma forma geral, as sentenças com foco como não-naturais, isto é, será que a não-naturalidade julgada pelos informantes pode estar associada à falta de um padrão entoacional nas nossas sentenças-alvo, como sugere a literatura específica? Nesse caso, o caminho seria realizar um novo experimento com uma fala próxima ao padrão descrito na

literatura ou uma fala manipulada (pelo *Momel*²⁷) que fizesse a sentença próxima do padrão.

Quanto à nossa hipótese de que os nominais nus com o traço [+ animado] seriam considerados mais naturais do que os nominais nus com o traço [- animado] na posição de sujeito de sentenças episódicas, os resultados não nos dão suporte claro para sustentá-la. Mesmo que os experimentos 1 e 2 aparentemente nos deem indícios para sustentar nossa hipótese, é preciso tomar muito cuidado ao se fazer uma afirmação desse tipo. As médias de julgamentos dos informantes para as sentenças com o nominal nu [+ animado] e [- animado] são muito próximas, o que inviabiliza nossa generalização.

É notório, porém, que nossa hipótese maior se confirma, qual seja, a de que os nominais nus podem ocorrer como sujeitos de sentenças episódicas do PB; na verdade, eles parecem ocorrer mesmo sem foco prosódico. Se observarmos os resultados dos três experimentos, podemos cotejar os dados obtidos nas sentenças que os informantes consideraram não-naturais com qualquer outro dado que veicule um nominal nu na posição pré-verbal. Da comparação resulta que as sentenças não-naturais têm índices elevados de não naturalidade, ao passo que as sentenças com nominais nus não o têm. Nesse sentido, podemos sustentar a hipótese de que nominais nus podem ocorrer na posição de sujeito de sentenças episódicas, no PB, independente do foco prosódico.

Seria interessante, contudo, a fim de ratificar essa última hipótese, elaborarmos um experimento com o objetivo principal de testar a intuição dos informantes quanto à naturalidade dessas sentenças, comparando-as com outras sentenças mais recorrentes da língua, porém, com o mesmo padrão entoacional e o mesmo número de sílabas. Esse experimento fica para um novo estudo.

²⁷ Momel (*modelling melody*) é um software desenvolvido pelo Laboratório de Linguagem e Fala (*Laboratoire Parole et Langage*) do CNRS, da França, que permite realizarmos análises e sínteses de padrões de entoação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BASSO, Renato Miguel. **Telicidade e Detelicização: semântica e pragmática do domínio tempo-aspectual**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IEL, Unicamp, 2007.
- BRAGA, João V. de A.; SENA, Laiza de, MARIANO, Ruan; PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Bare Singular and Bare Mass Nouns in Brazilian Portuguese: First Results of an empirical survey. **Journal of Portuguese Linguistics** 9(1), 2010. p. 75-94.
- BURING, Daniel. A weak theory of strong readings. In: **Proceedings of SALT VI**. Ithaca, NY: Cornell University Linguistic Publications, 1996. p. 17-34.
- CALLOU, Dinah *et al.* Topicalização e deslocamento à esquerda: sintaxe e prosódia. In: CASTILHO, Ataliba T. **Gramática do Português Falado**. V. III: as abordagens. Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2002. p. 315-360.
- CARLSON, Greg. A Unified Analyses of the English Bare Plural. **Linguistics and Philosophy** 1, 1977:413-456.
- CHIERCHIA, Gennaro. Reference to kinds across languages. **Natural Language Semantics** 6. Netherlands: Kluwer Academics Publishers, 1998. p. 339-405
- CHOMSKY, Noam. **Syntactic Structures**. The Hague: Mouton, 1957.
- _____. Deep structure, surface structure and semantic interpretation. In: D. Steinberg & L. Jakobovits (eds.), **Semantics: an Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology**. Cambridge: CUP, 1971.
- CUNHA LIMA, Maria Luiza. Referenciação e investigação do processamento cognitivo: o exemplo do indefinido anafórico. In: **Referência e Referenciação**, 197-218. São Paulo: Contexto, 2005.
- DIESING, Molly. **Indefinites**. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1992.

- DOBROVIE-SORIN, Carmen, Tonia BLEAM & Maria Teresa ESPINAL. **Nominais nus, número e tipos de incorporação**. In: PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; PERUCHI MEZARI, Meiry (Orgs). *Nominais Nus: um olhar através das línguas*. Campinas – SP: Mercado de Letras, 2012.
- FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; SEARA, Izabel Christine (2006). Observações sobre a entoação das sentenças SV em Português Brasileiro. **Revista Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte, v. 14, n. 2, pp. 151-183.
- FODOR, Janet Dean. Learning to parse? *Journal of Psycholinguistic Research*, v. 27. 1998.
- _____. A Psicolinguística não pode escapar da Prosódia. In: MAIA, Marcus & FINGER, Ingrid. **Processamento da Linguagem**. Pelotas: Educat, 2005.
- GALVES, C. **Ensaio sobre as gramáticas do português**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- HEIM, I. **The semantics of definite and indefinite noun phrases**. Cambridge, Mass, 1982. Tese (Doutorado) – Massachusetts Institute of Technology.
- ILARI, Rodolfo. **Perspectiva Funcional da Frase Portuguesa**. 1ª ed. Tese de Doutorado. Campinas: Editora Unicamp, 1986.
- KRATZER, Angelika. Stage-level and individual-level predicates. In G. Carlson & F. Pelletier (eds.) **The generic book**, Chicago: University of Chicago Press, 1995. p. 125-175.
- KRIFKA, M., F. J. PELLETIER, G. CARLSON, A. TER MEULEN, G. CHIERCHIA & G. LINK. **Genericity: an Introduction**. In. G. Carlson & F. J. Pelletier, eds., 1995. p. 1- 124.
- LEITÃO, M. Psicolinguística Experimental: focalizando o processamento da linguagem. In: MARTELOTTA, M. (org.) **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARIANO, R. **Estrutura da Informação e nominal nu: o episódio da posição pré-verbal**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: DLLV, UFSC, 2011.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. **Novo manual de sintaxe**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2007.

_____. Foco e Quantificação. **Revista Letras**. V.61. Curitiba: Ed. da UFPR, 2003.

MÜLLER, Ana Lúcia. Sentenças genericamente quantificadas e expressões de referência a espécies. **Cadernos de Estudos Linguísticos 39**. Campinas: Unicamp, 2000.

_____. The semantics of generic quantification in Brazilian Portuguese. **PROBUS** (14) 2, 279-298. 2002.

_____. A expressão da genericidade nas línguas naturais. In: NEGRÃO, Esmeralda V.; Maria José FOLTRAN & Ana Lúcia MÜLLER (orgs.). **Semântica formal**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 153-172.

_____. Tópico, foco e nominais nus no Português Brasileiro. In: NEGRI, Lígia; Maria José FOLTRAN; Roberta PIRES DE OLIVEIRA (orgs.). **Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Contexto, 2004. p. 77-95

MUNN, Alan; SCHMITT, Cristina. Number and Indefinites. **Lingua**. 115: 821:855, 2005.

_____. Bare nouns and the morphosyntax of number. In: **Current issues in romance linguistics**, ed. D. Cresti, C. Tortora, and T. Satterfield. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

NEGRÃO, Esmeralda. Asymmetries in the distribution of overt and empty categories in Brazilian Portuguese. In: BLACK, James R.; MOTAPANYANE, Virginia. (eds). **Clitics Pronouns and Movement. Current Issues In Linguistic Theory 140**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Ltda., 1997.

_____; SCHER, Ana Paula; VIOTTI, Evani de Carvalho. Sintaxe: explorando a estrutura da sentença. In: FIORIN, José Luis (org.). **Introdução à Linguística II: princípios de análise**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ORSINI, Mônica Tavares. Análise Entonacional das Construções de Tópico. **Cadernos do CNLF**, Volume IX, no.17. (2005) Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/17/06.htm#_ftn1>>

PARAGUASSU, Nise; MÜLLER, Ana Lúcia. **The default denotation of nouns in Brazilian Portuguese**. Paper presented at 8 Workshop on Formal Linguistics in Curitiba, 2008.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. **Brazilian Bare Nouns in Subject Position of Episodic Predicates**. (no prelo), 2012.

_____; MARIANO, R. Mulher discutiu futebol: estrutura informacional e os nominais nus no PB. In: **Anais do VII Congresso Intenacional da Abralin**, 2011. v. 1. p. 3744-3757.

_____; PERUCHI-MEZARI, Meiry. (orgs.) **Nominais nus: um olhar através das línguas**. Campinas: Mercado de Letras, 2012.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; ROTHSTEIN, Susan. Bare Singulars noun phrases are Mass in Brazilian Portuguese. **Lingua** (844), 2011.

_____; **Bare Objects in Brazilian Portuguese: Perfectivity, Telicity and Kinds**. (no prelo). 2012.

RODRIGUES, Gabriel; MENUZZI, Sérgio. Estrutura Informacional. In: PIRES DE OLIVEIRA, Roberta; MIOTO, Carlos. **Percursos em teoria da gramática**. Florianópolis: editora da UFSC, 2011. pp. 205-236.

SEARA, Izabel C.; FIGUEIREDO-SILVA, Maria C. Metodologia para descrição da entoação na interface sintaxe-fonologia. In: **Revista**

Intercâmbio, Volume XVI. São Paulo: LAEL/PUC-SP, ISSN 1806-275X-, 2007.

SCHMITT, Cristina; MUNN, Alan. Against the nominal mapping parameter: bare nouns in Brazilian Portuguese. **Proceedings of NELS 29**, 1999. pp. 339-353

_____. The syntax and semantics of bare arguments in Brazilian Portuguese. **Linguistic variation year book**. v.2, nº1. 2002. pp. 185-216

SMITH, Carlota. **Modes of discourse**. Cambridge: CUP, 2003.

TENANI, Luciani. **Domínios prosódicos no português do Brasil: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos**. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2002.

VIOTTI, Evani; MÜLLER, Ana Lúcia de Paula. O comportamento sintático e semântico dos sujeitos indefinidos no Português Brasileiro. In: **Revista Letras**. N.60. Curitiba: Editora da UFPR, 2003. p. 435 – 453.

Nominais nus, tópico e foco: testando a aceitabilidade em sentenças episódicas

ANEXOS

1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nominais nus, tópico e foco: testando a aceitabilidade em sentenças episódicas

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE

As informações contidas neste termo visam firmar acordo por escrito, mediante o qual o sujeito objeto de pesquisa, autoriza sua participação, com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos a que se submeterá, com capacidade de livre arbítrio e sem qualquer coação. Os dados não serão divulgados e seu nome será mantido em sigilo.

TÍTULO DO TRABALHO EXPERIMENTAL

Análise de percepção de nominais nus em posição pré-verbal de sentenças episódicas no Português Brasileiro.

Pesquisadores Responsáveis: Ruan de Souza Mariano
Roberta Pires de Oliveira

OBJETIVOS

Analisar percepção e interpretação de sentenças utilizando-se dos nominais nus em posição pré-verbal de sentenças episódicas no Português Brasileiro.

JUSTIFICATIVA

Há necessidade de novos estudos nas áreas da Prosódia e da Semântica para ratificar ou não os padrões descritos na literatura.

PROCEDIMENTOS DO EXPERIMENTO

Será realizada uma sessão audição de 10 frases, utilizando os instrumentos: computador e fone de ouvido. Em seguida, haverá uma entrevista com os sujeitos, a fim inquiri-los sobre que interpretação eles têm sobre o nominal nu em posição pré-verbal, tal qual ele ouviu no experimento

BENEFÍCIOS

Estudos na área da Prosódia (nível suprasegmental) vêm contribuindo para o entendimento dos diversos padrões de sentenças da língua portuguesa e de línguas estrangeiras.

CONSENTIMENTO

Eu _____, certifico que, tendo lido as informações acima e suficientemente esclarecido (a) de todos os itens, estou plenamente de acordo com a realização do experimento. Assim, eu autorizo a execução do trabalho de pesquisa exposto acima.

Florianópolis, ____ de _____ de 20__.

NOME (legível) _____ RG _____

ASSINATURA _____